



Anais da Assembleia

Nº 142

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 30 DE OUTUBRO DE 1991

ANO XVII

1. SESSÃO LEGISLATIVA DA 12.ª LEGISLATURA ATA DA 116.ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 30 DE OUTUBRO DE 1991

(QUARTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados João Arruda e Mário Bezerra.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Algaci Túlio, Heinz Herwig, João Arruda, Ademar Traiano, Dalton Machuca, Lourenço Fregonese, Albino Corazza, Alceu Swarowski, Antônio Annibelli, Arlindo Troian, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Cezar Silvestri, Colombino Grassano, Costenaro Neto, Dirceu Manfrinato, Dobrandino da Silva, Domingos Carvalho, Doutor Rosinha, Duílio Genari, Durval Amaral, Emília Belinati, Erondy Silvério, Ernani Pudell, Geraldo Cartário, Tadeu Lúcio Machado, João Preis, José Afonso Júnior, José Alves, José Artur Ritti, José Tavares, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Mário Bezerra, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Milton Barbosa, Orlando Pessuti, Paulo Maia, Rafael Greca de Macedo, Renato Adur, Rossoni, Severino Félix e Toti Colaço (47). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Basílio Zanusso, Edson Silva Lino, Élio Rusch, Nilton César, Ovídio Constantino e Plauto Miró Guimarães (06). Achando-se em licença o Senhor Deputado Eurides Moura (01).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Mensagem:

MENSAGEM 110/91

Curitiba, 28 de outubro de 1991.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais,

o incluso anteprojeto de lei que objetiva autorizar o Poder Executivo a criar o Fundo de Terras do Estado do Paraná.

O Plano de Lei, ora submetido a essa augusta Assembleia Legislativa, é altamente significativo e consulta plenamente aos superiores interesses da Administração e da Comunidade, eis que constitui-se num importante e decisivo passo no sentido da regularização da situação fundiária paranaense, pois os recursos do Fundo - cuja criação se pretende efetivar - serão integralmente utilizados na compra e venda de terras, que visem a implantação de programas de assentamento rural e o reordenamento das questões ligadas à terra no Estado do Paraná.

O Fundo de Terras do Estado do Paraná, será constituído de dotações orçamentárias do Estado; de terras rurais agricultáveis devolutas e patrimoniais disponíveis e de outras que vierem a ser incorporadas ao patrimônio do Estado; de captação de recursos junto à União ou provenientes de convênios ou acordos; e, ainda, de recursos obtidos por suas operações de crédito, outras rendas, bens e valores. A gestão do Fundo em questão, poderá ficar na área de atuação do BANESTADO S/A.

Dentre as várias disposições constantes do anteprojeto de lei proposto, merecem ser ressaltadas as contidas no Art. 4º, segundo as quais os "programas de assentamento rural e reordenamento fundiário financiarão imóveis a trabalhadores rurais sem terra, com prazo de amortização de até 10 anos e carência de até 3 anos, que poderão ser pagos em moeda corrente no País ou em produtos agrícolas." É ainda, prevista autorização para abertura de crédito ao Orçamento Geral do Estado, como suporte para as atividades iniciais à conta do Fundo de Terras do Estado do Paraná.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a criar o Fundo de Terras do Estado do Paraná.

Art. 2º - O Fundo de Terras do Estado do Paraná será constituído de:

a) dotações orçamentárias do Estado;

- b) terras rurais agriculturáveis de vo-
lutas e patrimoniais disponíveis
e outras, sem destinação prévia,
que venham a ser incorporadas ao
patrimônio do Estado;
 - c) captação de recursos junto ao
Governo Federal ou proveniente de
convênios ou acordos;
 - d) resultado financeiro de suas ope-
rações de crédito;
 - e) outras rendas, bens e valores.
- Parágrafo Único - A gestão finan-
ceira do Fundo de Terras poderá
ser feita pelo BANESTADO S/A.

Art. 3º - O Fundo de Terras será uti-
lizado integralmente na compra e venda de
terras que visem programas de assentamento
rural e reordenamento fundiário no Estado
do Paraná.

Art. 4º - Os programas de assentamento
rural e reordenamento fundiário financia-
rão imóveis a trabalhadores rurais sem
terra, com prazo de amortização de até 10
anos e carência de até 3 anos, que poderão
ser pagos em moeda corrente no País ou em
produtos agrícolas.

§ 1º - O pagamento em produtos agríco-
las terá como base o preço mínimo fixado
pelo Governo Federal.

§ 2º - No caso de pagamento em produ-
tos agrícolas, o mutuário depositará o
produto em empresa pública ou armazém pre-
viamente designado pelo Estado.

§ 3º - Havendo frustração de safra, os
prazos de pagamento poderão ser revistos a
critério do Estado.

§ 4º - Os pagamentos serão feitos em
até 20 parcelas semestrais.

Art. 5º - Fica proibida qualquer
transferência inter-vivos do imóvel objeto
de mútuo, ainda que liquidado antecipada-
mente o débito.

Parágrafo Único - Fica incluída na
proibição, a cessão de uso do imóvel.

Art. 6º - A inadimplência ou a inob-
servância do art. 5º, importará em rescisão
do contrato e retomada do imóvel, que re-
verterá ao Fundo de Terras.

Art. 7º - Fica o Poder Executivo auto-
rizado a realizar convênios ou acordos com
outras esferas administrativas para cum-
prir os propósitos da presente lei.

Art. 8º - Fica o Poder Executivo auto-
rizado a abrir um crédito especial de até
Cr\$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de
cruzeiros), no Orçamento do Estado, para
constituir o Fundo de Terras, indicando
como recursos quaisquer das formas previs-
tas no art. 43, § 1º, da Lei Federal nº

4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 9º - Revogadas as disposições em
contrário, esta lei entra em vigor na data
de sua publicação.

À Diretoria Legislativa.

Ofícios:

OFÍCIO

Sob o nº DTL/SAT/354/91, do Senhor Go-
vernador do Estado, solicitando providên-
cias no sentido de que o anteprojeto de
lei encaminhado a esta Casa, através da
Mensagem nº 99/91, de 12 do corrente mês,
seja substituído pelo que ora segue. Ao
conhecimento da Casa.

OFÍCIO Nº 001/91

Senhor Presidente.

Temos a honra de comunicar a Vossa Ex-
celência que, em reunião há pouco realiza-
da, nas dependências desta Casa, foi
constituída a Bancada do PST - PARTIDO SO-
CIAL TRABALHISTA, nessa Assembléia, tendo
sido escolhido como seu líder, o Deputado
Geraldo Cartário, e como vice-líderes os
Deputados Dirceu Manfrinato, João Preis e
Nilton Barbosa, respectivamente, todos com
mandato a partir desta data.

Pedindo os procedimentos devidos para
ser formalizado o ato, anexamos ao presen-
te, para os devidos fins, cópia da ata da
aquela reunião da bancada.

Aproveitamos o ensejo para renovar os
nossos protestos de elevada estima e dis-
tinta consideração.

(aa) GERALDO CARTÁRIO
DIRCEU MANFRINATO
EDSON SILVA LINO
JOÃO PREIS
JOSÉ ARTHUR RITTI
LUIZ CARLOS MARTINS
NEIVO BERALDIN
NILTON BARBOSA

"PST - PARTIDO SOCIAL TRABALHISTA

Ata da primeira reunião da bancada na As-
sembléia Legislativa do Estado do Paraná

Aos vinte e nove dias do mês de outubro do
ano de hum mil, novecentos e noventa e
hum, às dezesseis horas, nas dependências
da Assembléia Legislativa do Estado do Pa-
raná, reuniram-se os Deputados Estaduais
que integram a Bancada do PST - PARTIDO
SOCIAL TRABALHISTA, filiados no último sá-
bado, dia vinte e seis de outubro do ano
de hum mil, novecentos e noventa e hum, em
solenidade no Centro de Convenções de Cu-
ritiba. Encontravam-se presentes os Depu-
tados Geraldo Cartário, Dirceu Manfrinato,
Edson Silva Lino, João Preis, José Arthur

Ritti, Luiz Carlos Martins, Neivo Beraldin e Nilton Barbosa. Aclamado para dirigir os trabalhos da reunião, o companheiro João Preis designou a mim, Luiz Carlos Martins, para secretariá-los. Usando da palavra, o Deputado João Preis lembrou o magnífico evento do último sábado, quando assumiu o comando do nosso Partido, o grande líder político do Paraná e ex-Governador Álvaro Dias. O orador disse que mais de cinco mil lideranças de todo o Estado participaram da concentração, o que nos dá uma grande responsabilidade, pois o Partido já nasce grande no Paraná. O Deputado João Preis declarou também que a reunião em curso foi especialmente convocada para a escolha do Líder e dos vice-Líderes do PST - PARTIDO SOCIAL TRABALHISTA. A seguir, por unanimidade, os Parlamentares presentes, aprovaram o nome de Geraldo Cartário como Líder do PST - PARTIDO SOCIAL TRABALHISTA no Legislativo Estadual. A decisão foi recebida com palmas de todos. Falando em seguida, o Líder Geraldo Cartário prometeu muito trabalho, propondo-se a honrar a importante incumbência que os companheiros lhe delegavam, e pediu a colaboração de todos, "pois é importante constituirmos uma Bancada forte, unida e competente". Na sequência, o Deputado João Preis lembrou que ainda era necessário proceder à indicação dos seguintes vice-Líderes. Após breve discussão, foram aclamados os companheiros Dirceu Manfrinato, João Preis e Nilton Barbosa, respectivamente, os vice-Líderes do PST - PARTIDO SOCIAL TRABALHISTA na Assembleia Legislativa do Estado do Paraná. Nada mais havendo a ser tratado, foram encerrados os trabalhos, lavrando-se a presente Ata, que vai devidamente assinada por todos os presentes.

Curitiba, em 29 de outubro de 1991.

(aa) GERALDO CARTÁRIO

DIRCEU MANFRINATO

EDSON SILVA LINO

JOÃO PREIS

JOSÉ ARTHUR RITTI

LUIZ CARLOS MARTINS

NEIVO BERARDIN

NILTON BARBOSA"

OFÍCIO

Senhor Presidente.

Tenho a honra de formular o presente, a fim de informar a Vossa Excelência que, por motivos partidários e políticos, o Deputado PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES FILHO, estará ausente na presente sessão.

Certa da sua atenção ao assunto, ao ensejo apresento-lhe protestos de consideração e apreço.

Sala das Sessões, em 30.10.91.

(a) ilegível

Chefe de Gabinete
do Deputado PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

OFÍCIO N° 105/91 GJP/MR

Senhor Presidente.

Tem o presente a finalidade de formalizar perante a Mesa e para todos os efeitos regimentais, que a partir desta data, estou filiado ao PST - PARTIDO SOCIAL TRABALHISTA, passando a integrar sua representação parlamentar neste Poder.

Sendo o que se apresenta para o momento, renovo a Vossa Excelência, protestos de consideração e apreço.

Sala das Sessões, em 30.10.91.

(a) JOÃO PREIS

OFÍCIO N° 168/91 OJC/PT

Senhor Presidente.

Quero justificar à Mesa dessa Casa de Leis a minha ausência nas Sessões Ordinárias dos dias 30 e 31 de outubro, em função de minha participação em Francisco Beltrão, de um Seminário Regional sobre "Produção, Comercialização e Viabilidade Econômica da Pequena Propriedade Rural".

O Seminário contará com o assessoramento do DESER - Departamento de Estudos Sócio-Econômico Rural, e terá a participação de agricultores, sindicatos e entidades da região Sudoeste do Estado, e técnicos da Universidade de Ijuí/RS.

Cordialmente.

Sala das Sessões, em 30.10.91.

(a) OVÍDIO CONSTANTINO

Indicação:

INDICAÇÃO

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas prerrogativas constitucionais, e tendo em vista o disposto no Art. 54, item XXX, da Constituição Estadual, vem propor, nos termos do Art. 128 e seus parágrafos, ao Regimento Interno desta Casa, Indicação à Comissão de Constituição e Justiça, nos seguintes termos:

DOS PRINCÍPIOS:

Considerando que a separação, independência e relacionamento harmônico entre os Poderes do Estado, são princípios básicos que devem ser respeitados, para a consolidação do Estado de Direito, pelo qual o povo brasileiro tem isso aos maiores sacrifícios, ao longo de sua História;

Considerando, que o predomínio de um Poder sobre os demais nos levaria de volta aos tempos de obscurantismo, contra o qual o povo brasileiro tem se manifestado de forma tão clara e com tanta veemência;

Considerando que, essa Assembleia Legislativa, jamais se furtou de prestar a sua pronta colaboração às iniciativas do Poder Executivo, recebendo, apreciando e votando, com a maior presteza as Mensagens do Executivo que são encaminhadas à sua apreciação;

Considerando que, no exato momento em que um dos Poderes constituídos tenta usurpar prerrogativas constitucionais de outro, ao arripio do disposto na Lei Maior, instala-se o "Estado de Fato", em detrimento do "Estado de Direito".

É de Montesquieu que nos vem o texto esclarecedor ("De l'esprit des lois", Montesquieu, XI, capítulo 4).

"para que não se possa abusar do poder, é necessário que, por disposição das coisas, o poder detenha o poder".

E, em outra passagem:

"Não há liberdade quando, na mesma pessoa, o Poder Legislativo está reunido ao Executivo".

DOS FATOS:

O Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, dia 09 de setembro de 1991, assinou o Decreto n° 703, publicado no Diário Oficial do Estado dois dias depois, pretendendo, desta forma, atender o disposto no item III, do Art. 169, da Constituição Estadual, que diz:

"Art. 169 - As ações e os serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema estadual de saúde, organizado de acordo com as seguintes diretrizes:

...

III - integração da comunidade, através da constituição do Conselho Estadual de Saúde, com caráter deliberativo, garantida a participação dos usuários, prestadores de serviços e gestores, na forma da lei".

Diz o mencionado Decreto n° 703, em seu preâmbulo e no Art. 1°:

"O Governador do Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, itens V e VI, da Constituição Estadual e tendo em vista o item III, do art. 169 da mesma carta,

DECRETA:

Art. 1° - Fica instituído o Conselho Estadual de Saúde - CES, órgão colegiado de caráter permanente, deliberativo e fiscal".

Do exame dos dispositivos acima transcritos, surgem, de imediato, as seguintes indagações:

a) Pode o Senhor Governador do Estado, através de Decreto, criar o Conselho Estadual de Saúde, previsto no Art. 169, da Carta Magna Estadual?

b) Qual a interpretação que se deve dar à expressão "na forma da lei", tão claramente grafada no dispositivo constitucional?

Num exame preliminar, buscamos as opiniões de renomados mestres do direito constitucional.

José Cretella Junior (Comentários à

Constituição de 1988, 2. Edição, 1990, Forense-Universitária, pág. 195), nos diz: "A expressão "em virtude da lei", equivalente a "em decorrência de lei", significa a vinculação de todos ao mundo do direito. Somente a lei - dispositivo constitucional ou dispositivo legal - é que pode obrigar a "fazer" ou a "deixar de fazer". O vocábulo "lei" não abrange os "atos administrativos", o decreto, o regulamento, a portaria, o aviso, a instrução, a circular. No regime da Constituição de 1946, como, agora, no da de 1988 a lei, só a lei, é ato normativo primário, princípio quebrado em 1967 e em 1969, com o decreto-lei, que se equiparava à lei".

E mais adiante, ao comentar especificamente a expressão (obra citada-tópico 133, pág. 251).

"133 - A Constituição remete para a lei ordinária a garantia da proteção aos locais de culto e as suas liturgias particulares".

Ao mesmo respeito assim se manifesta o Professor Marcelo Caetano, um dos mais eminentes juristas da língua portuguesa e dos mais abalizados mestres europeus do direito público, ao discorrer sobre a Constituição de 1967-69 (Direito Constitucional - 1987, Forense, Vol. II, pág. 29): "Independente desta variedade de acepções, as referências às leis no texto constitucional surgem sob diversas modalidades.

...

...

d) Noutros casos, a Constituição firma o princípio, deixando à lei os cuidados da regulamentação do modo de o executar ou do processo a seguir: na forma que a lei determinar, na forma que a lei estabelecer, na forma da lei.

DO PEDIDO:

Nestas condições, considerando, por último, as disposições contidas nos seguintes dispositivos constitucionais:

Art. 12, inciso I e II, e Art. 54, inciso XXVII, se vê esta Presidência na contingência de propor a presente INDICAÇÃO, para que nos termos do Art. 128 e seus parágrafos do Regimento Interno, a Comissão de Constituição e Justiça se manifeste.

Sala das Sessões, em 30.10.91.

(a) COMISSÃO EXECUTIVA

Requerimentos:

REQUERIMENTO N° 2891

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com fundamento no disposto pelo artigo 182 do Regimento Interno e, após ouvido o Plenário, respeitosamente, REQUER, regime de urgência para o Projeto de Lei n° 487/91

(Mensagem n° 105/91), de autoria do Poder Executivo, que aprova a abertura de crédito suplementar no valor de Cr\$ 500.000.000,00 ao vigente orçamento da Secretaria de Estado da Segurança Pública, para aquisição de veículos para a Polícia Militar do Estado do Paraná, no programa PM 24 horas.

Sala das Sessões, em 30.10.91

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO N° 2892

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com fundamento no disposto pelo artigo 182 do Regimento Interno e, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER, regime de urgência para o Projeto de Lei n° 488/91 (Mensagem n° 106/91), de autoria do Poder Executivo, que aprova a abertura de crédito suplementar no valor de Cr\$ 10.000.000,00 ao vigente orçamento da Fundação Universidade Estadual de Londrina, para atender despesas do programa "PRÓ-EGRESSO".

Sala das Sessões, em 30.10.91

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO N° 2893

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com fundamento no disposto pelo artigo 182 do Regimento Interno e, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER, regime de urgência para o Projeto de Lei n° 491/91 (Mensagem n° 109/91), de autoria do Poder Executivo, que autoriza aquele Poder a ceder, em caráter de utilização gratuita, ao Município de São João do Triunfo, o imóvel que especifica, de propriedade do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 30.10.91

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO N° 2894

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com fundamento no disposto pelo artigo 182 do Regimento Interno e, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER, regime de urgência para o Projeto de Lei n° 489/91 (Mensagem n° 107/91), de autoria do Poder Executivo, que autoriza aquele poder a doar ao Município de Curitiba o imóvel de propriedade do Estado do Paraná, conforme específica.

Sala das Sessões, em 30.10.91

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO N° 2896

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve,

no uso de suas atribuições regimentais, coordenador do Bloco Parlamentar Municipalista, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, a constituição de comissão supra-partidária, composta de até cinco Deputados, membros do Bloco Parlamentar Municipalista, para representar o apoio oficial deste Legislativo junto aos prefeitos municipais do Paraná acompanhando o movimento "S.O.S. Município" na marcha a Brasília dias 05, 06 e 07 de novembro de 1991, conforme programação anexa, com despesas custeadas por esta Assembléia Legislativa.

Sala das Sessões, em 30.10.91

(a) ALBINO CORAZZA

Apoiamento: João Arruda, Mário Bezerra, Alceu Swarowski e Durval Amaral.

JUSTIFICATIVA:

Este douto Plenário sabiamente posicionou-se, recentemente, a favor de proposição do Bloco Municipalista, reivindicando junto à Câmara dos Deputados e ao Senado Federal a rejeição da emenda que reduz o retorno do ICMS aos Municípios brasileiros.

A constituição, instalação e efetivo funcionamento do Bloco Parlamentar Municipalista, nesta Assembléia, modelo para diversos outros Estados, tem sido a prova da defesa permanente dos interesses do povo paranaense que reside nos municípios.

A luta pela recuperação e defesa do retorno do Fundo de Participação dos Municípios, incitada pelos Prefeitos de todo o Brasil, nada mais é do que o anseio pela manutenção dos benefícios a que os cidadãos têm direito, e a esta justa reivindicação cabe o apoio deste Legislativo.

A defesa dos interesses do povo do Paraná, que nós representamos, sempre foi, e por certo continuará sendo, a preocupação primeira dos nobres membros deste egregio Poder. A participação oficial nesse movimento virá referendar nosso propósito e nosso trabalho, bem como simbolizará o empenho do apoio do Legislativo Paranaense aos Parlamentares Federais em suas decisões a favor dos municípios.

REQUERIMENTO N° 2899

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário seja requisitada à TV Educativa, Canal 9, nesta Capital, cópia da fita contendo a matéria que tem sido veiculada nos últimos dias, relatando episódios sobre a colonização do Norte do Paraná, muito especialmente da região de Assis Chateaubriand e envolvendo nomes de políticos paranaenses.

Sala das Sessões, em 30.10.91

(a) MÁRIO BEZERRA

REQUERIMENTO N° 2878

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor Osvaldo Cruz P. Pontes, ocorrido no dia 21.10.91, em Coronel Vivida.

Requer outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 30.10.91

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Com a idade de 40 anos faleceu em acidente de trânsito, o Senhor Osvaldo Cruz P. Pontes, dia 21.10, em Coronel Vivida.

O extinto deixa viúva Dona Marly Terezinha e 3 filhos.

O passamento de Osvaldo Cruz veio abrir enorme lacuna no seio da família, bem como de seu grande círculo de amizades dentre as quais este Deputado.

O destino privou seus familiares do seu convívio, entretanto no céu, as mãos têm muito mais espaço para cobrirem de bênçãos a cada um de seus filhos; sua alma engrandecerá o Senhor que olhará para a condição humana de seu servo Osvaldo.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, através deste Deputado, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família Pontes endereçando a ela voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

REQUERIMENTO N° 2897

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o douto Plenário, desta Casa, REQUER, voto de profundo pesar, pelo falecimento do Senhor José Manoel Mendes Peras, ocorrido na Cidade de Bela Vista do Paraíso.

Sala das Sessões, em 30.10.91

(a) JOSÉ TAVARES

REQUERIMENTO N° 2900

Senhor Presidente.

Rafael Greca de Macedo, Deputado Estadual que este subscreve, e a Bancada do PDT pedem à egrégia Assembleia, a inclusão nos Anais da presente sessão, de voto de pesar pelo falecimento do ilustre Vereador de Curitiba - Senhor Sidgley Claudino - alma generosa, cidadão preocupado com a solidariedade e a justiça social, parte da identidade cultural curitibana no bairro do Pinheirinho, o Vereador faleceu no exercício do mandato eletivo no dia de hoje, estando seu corpo, antes do sepultamento, exposto para exéquias públicas na Câmara Municipal.

Sala das Sessões, em 30.10.91

(a) RAFAEL GRECA DE MACEDO

REQUERIMENTO N° 2882

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, Voto de Congratulações à COMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA - COPEL, pela passagem do seu 37° aniversário de fundação.

Sala das Sessões, em 30.10.91

(a) ANTONIO ANNIBELLI.

JUSTIFICATIVA:

Fundada em 26 de outubro de 1954, a Companhia Paranaense de Energia - COPEL, completou no último dia 26, 37 anos de efetiva existência. Portanto, há 37 anos, o Paraná começava a solucionar um dos maiores problemas: o da falta de um sistema de energia elétrica capaz de sustentar o processo de industrialização e diversificação da economia, e de tornar acessível à população, um benefício essencial para a melhoria da qualidade de vida. A COPEL foi criada com a importante missão de rapidamente implantar a infra-estrutura energética de cuja falta se ressentia o Estado.

O Paraná é o Estado que mais produz grãos no Brasil, o Estado agrícola por vocação histórica. Privilegiado por sua potencialidade energética e bastante explorado para a produção de hidroeletricidade, o Paraná nunca havia se preocupado em fazer chegar tal benefício a sua própria gente, notadamente aos agricultores, que construíram a riqueza do Estado; o Paraná exportava a energia elétrica que produzia, e ficava apenas com os ônus das terras alagadas e da produção perdida.

Em menos de 40 anos, o Paraná tornou-se o maior Estado produtor de energia elétrica do país, "exportando" 75% da energia gerada em suas hidroelétricas (neste cálculo incluem-se as usinas em rios limítrofes, considerando-se metade da energia gerada como contribuição paranaense). O sistema elétrico estadual, construído e operado pela COPEL, compõem-se de 16 usinas hidroelétricas e duas termelétricas capazes de produzir mais de 2 milhões de KW. A esse total irá se somar, a partir de setembro do próximo ano, a potência de Segredo, a nova hidrelétrica da COPEL em construção no Rio Iguaçu (1.260 mil Kw). E ainda antes do final da década deverá entrar em operação a Usina de Salto Caxias, cuja previsão de funcionamento é setembro de 1998 (1 milhão de Kw).

O Poder Legislativo Paranaense, presta sua homenagem e reconhecimento aos Diretores, funcionários e a todos os colaborado-

res da COPEL.

REQUERIMENTO N° 2883

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no exercício de suas prerrogativas regimentais, REQUER, a Vossa Excelência que após, consultado este douto Plenário, seja consignado na Ata dos Trabalhos uma MOÇÃO DE VOTO DE CONGRATULAÇÕES ao Jornalista Rafael Munhoz da Rocha, pela passagem de 35 anos de serviços como redator da seção de turfe da Tribuna do Paraná. Outrossim, REQUER também, seja expedido ofício ao homenageado, participando-lhe a iniciativa.

Sala das Sessões, em 30.10.91.

(a) RENATO ADUR.

JUSTIFICATIVA:

O homenageado, Jornalista RAFAEL MUNHOZ DA ROCHA, é o mais antigo comentarista de turfe em atividade no Paraná. Nacionalmente laureado, o Jornalista RAFAEL MUNHOZ DA ROCHA se distingue na crônica turfística, de um lado por 35 anos ininterruptos de exercício dessa atividade; de outro, pela capacidade de lucidez que empresta às considerações que emite, consagradas por todos os aficionados dessa modalidade esportiva.

REQUERIMENTO N° 2884

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, Voto de Congratulações e Aplausos ao Jornal "O ESTADO DE SÃO PAULO", por ter voltado a circular às segundas-feiras.

Sala das Sessões, em 30.10.91.

(a) ANTONIO ANNIBELLI.

JUSTIFICATIVA:

O jornal "O ESTADO DE SÃO PAULO", carinhosamente denominado "O ESTADÃO", guardião da democracia, acaba de dar importante passo com a circulação nos sete dias da semana, e a incorporação de novos e importantes enriquecimentos tanto no conteúdo quanto no visual.

Com as mudanças implementadas e as novas edições das segundas-feiras, e a reforma gráfica trarão respaldo positivo entre os seus assinantes e leitores com sucesso certamente crescente, com os aplausos da opinião pública nacional pela independência e dignidade que ao longo dos anos caracterizaram o ESTADÃO.

REQUERIMENTO N° 2885

Senhor Presidente.

O Deputado ALCEU SWAROWSKI, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, Votos de Congratulações e Aplausos, pela I FEIRA MUNICIPAL DE SAÚDE, a se realizar de 04 à 09 de novembro de

1991, na cidade de Rio Negro - Paraná.

Sala das Sessões, em 30.10.91.

(a) ALCEU SWAROWSKI.

JUSTIFICATIVA:

A municipalização dos serviços de saúde é realidade em Rio Negro.

Integram-se Prefeituras, Secretaria de Saúde e Promoção Social daquele município, forças vivas e toda a população local para resposta àquele desafio.

De 04 à 09 de novembro de 1991, haverá a I Feira Municipal de Saúde com o seguinte programa:

01 - Aditivos e Alimentação: Alunas do Colégio São José/Rio Negro.

02 - Água e Cólera: Sanepar.

03 - Alcoolismo: A.A.

04 - Diabetes Mellitus: A.P.A.D./Lions Clube - Mafra/22ª Regional de Saúde Curitiba.

05 - Doação de Órgãos: Clube Soroptimista Internacional.

06 - Doenças Sexualmente Transmissíveis e Planejamento Familiar: Secretaria de Saúde de Rio Negro.

07 - Doenças Tropicais: Fundação Nacional de Saúde.

08 - Hipertensão Arterial: Secretaria de Saúde de Rio Negro/Alunas do Colégio São José.

09 - Hospital de Campanha: 5º R.C.C.

10 - Medicamentos: Associação Regional de Farmacêuticos.

11 - Nutrição e Saúde: Mini-Usina de Leite de Soja: Secretaria Municipal de Saúde/Rio Negro.

12 - Odontologia Preventiva: A.B.O. SESI-Rio Negro/Mafra/Secretaria de Saúde de Rio Negro.

13 - Orientação no Trânsito: Polícia Militar.

14 - Orientação Postural: Secretaria de Saúde de Rio Negro.

15 - Parto: Secretaria de Saúde de Rio Negro/Departamento de enfermagem - UFSC.

16 - Prevenção de Acidentes: Souza Cruz.

17 - Prevenção do Câncer: Rede Feminina de Combate ao Câncer.

18 - Primeiros Socorros: Corpo de Bombeiros.

19 - Saneamento Básico: EMATER/Rio Negro e Secretaria de Saúde.

20 - Sangue e Derivados: Secretaria de Saúde/HEMOSC/HEMEPAR.

21 - Saúde Levada a Sério: Secretaria de Saúde de Rio Negro.

22 - Zoonoses: Emater/Rio Negro.

PALESTRAS:

De 04 a 09 de novembro de 1991, das 19:00 hs às 20:00 hs, no auditório do Colégio Caetano Munhoz da Rocha, serão realizadas palestras sobre Educação em Saúde, com autoridades da área.

MENSAGEM:

"Trabalhar e policiar o produto do nosso trabalho para que ele seja único e exclusivamente em função do Bem-Estar da humanidade como um todo e não para privilégio, capricho ou vaidade de uma pequena minoria".

(Abdias José dos Santos)

ATRATIVOS:

- . TEATRO DE FANTOCHES: SESI/Rio Negro.
- . TEATRO INFANTIL: SESI/Rio Negro.
- . ATIVIDADES RECREATIVAS: SESI/Rio Negro/Castelinho Encantado/Grupo Escoteiro - Falcão Negro.
- . PASSEIO COM BURRINHO.
- . DISTRIBUIÇÃO DE MUDAS NATIVAS.
- . FANFARRAS: Colégio Barão de Antonina/ Escola Professor Mário de Oliveira Goldner.
- . BANDA MARCIAL: Colégio Dr. Francisco Isabel/Colégio Presidente Caetano Munhoz da Rocha.
- . BANDA 5° R.C.C.
- . BANDA CRIULO: "Prosa, Canto e Poesia"
- . INVERNADA ARTÍSTICA E CULTURAL: C.T.G. Rincão da Saudade.
- . EXPOSIÇÃO DE APICULTORES.
- . 1ª AMOSTRA DE CANÁRIOS E PERIQUITOS. (dia 09/11).
- . 1ª AMOSTRA DE CÃES. (dia 09/11) - Clinevet/Agroboi.
- . DEMOSTRAÇÃO DAS ATIVIDADES DA POLÍCIA FLORESTAL.
- . CARROS DE COMBATE 5° R.C.C.

PARTICIPAÇÃO: ZÉ GOTINHA

AQUALINO

AFUBRINHA. (04 e 05/11).

- . CORAL DE BUCOVINOS.
- . GRUPO FOLCLÓRICO ALEMÃO TRIER.
- . APRESENTAÇÃO DOS CÃES DE GUERRA 5ª REGIÃO MILITAR - Curitiba.

Assim, pela relevância da matéria, esperamos a aprovação dos colendos Pares desta Casa.

REQUERIMENTO N° 2898

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o douto Plenário, desta Casa, REQUER, votos de congratulações ao Senhor Osmar Dias - Secretário de Estado da Agricultura, pela maneira firme e decidida com que vem agindo à frente, daquela Pasta, em benefício dos Municípios do Paraná.

Sala das Sessões, em 30.10.91.

(a) JOSÉ TAVARES

REQUERIMENTO N° 2881

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos à Empresa EMÍLIO ROMANI S/A, pelo transcurso de cem anos de atividades.

Sala das Sessões, em 30.10.91.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

A Empresa Emílio Romani S/A, genuinamente paranaense, está completando cem anos de existência. É um grande complexo industrial que orgulha todo o povo paranaense, produzindo alimentos. Com fórmulas próprias vem mantendo e satisfazendo os consumidores ao longo de cem anos, conservando inalterável a qualidade de seus produtos.

A coragem, a persistência e o trabalho contínuo, que levaram a empresa a crescer mesmo em épocas difíceis, foram o legado de Emílio Romani, que chegou ao Brasil em fins do século passado, proveniente de Lucca, na Itália. Ele vinha integrando um grupo de imigrantes que buscava nossa Pátria, onde pudesse dar continuidade a seus sonhos e aspirações. Desembarcou em Paranaguá, de onde se transferiu para Curitiba, onde abriu em 1891 um estabelecimento comercial de secos e molhados e armários, na praça Tiradentes, 117.

Quatro anos depois, em 1895, Emílio Romani casa-se com Ermínia Códaga, também descendente de imigrantes italianos e, juntos trabalham com perseverança para o sucesso do empreendimento. Enquanto a loja prosperava, pelo esforço cotidiano do casal, a família também aumentava. Foram 3 filhos: Emílio, Mário e Mirthe, que muito cedo aprenderam, com o exemplo dos pais, a dedicação ao trabalho. Emílio e Mário destacaram-se por sua capacidade empreendedora, o que contribuiu diretamente para o desenvolvimento da empresa.

Atualmente a administração da empresa Emílio Romani S/A está a cargo de Diana Vodnik Romani, que empresta seu nome aos produtos da fábrica. Ela é a única neta de Emílio Romani.

Sem deixar a atividade comercial, Emílio Romani ingressou em 1932 na industrialização de açúcar, arroz e sal, ainda hoje os quadros produtos básicos da empresa, que também distribui e vende lanternas e pilhas, vinagre e álcool de cozinha. No início do século, ainda, instalou refinarias de sal em Paranaguá e em Itajaí-SC e, na década de 50, com o crescimento das atividades, reuniu as unidades de açúcar e café próximo ao centro de Curitiba, na Avenida Visconde de Guarapuava, 2.400 e, a partir de 1973, na Praça Eufrásio Correia, 498.

O atual parque industrial, em terrenos de 42 mil metros quadrados, com 14 mil metros quadrados de área construída, nas margens da BR-116, foi inaugurado em 1967, na Rua Orestes Camilli, 186, no bairro do Prado Velho. Ali ficaram a sede administrativa, a refinaria de açúcar e a usina de torrefação e moagem de café, enquanto a refinaria de sal continua em Paranaguá.

Emílio Romani imprimiu na política de recursos humanos de sua empresa uma constante preocupação com o aspecto social. Antes da legislação obrigatória, seus funcionários receberam benefícios como restaurante no local de trabalho, o 13º salário e a participação nos lucros para aqueles com mais de um ano de trabalho, além de prêmios quinquenais. Hoje, os 800 funcionários e seus dependentes têm, através da Fundação Romani, criada em 1977, assistência médico-hospitalar, bolsas de estudos atividades de lazer e esporte e creche para mais de 35 crianças.

O fundador da Emílio Romani morreu em 12 de janeiro de 1956, aos 87 anos de idade, homenageado pela comunidade curitibana também por suas atividades em favor da Cruz Vermelha e de instituições dedicadas à hanseníase, ao câncer e à criança pobre. Do governo italiano recebeu a "Coroa da Itália" e a "Cruz do Mérito", importantes comendas do império e da República.

Com o arrojo e o pioneirismo de Emílio Romani, iniciada em outubro de 1891, a empresa que orgulha a todos nós paranaenses, sempre esteve sob o comando da família, atualmente por membros da terceira e quarta geração.

O centenário desta indústria, fruto abençoado do trabalho de Emílio e de sua mulher em difíceis tempos, deve ser visto como o preito, a homenagem ao trabalho e ao amor à terra paranaense.

É importante que o Poder Legislativo paranaense deixe também consignado em seus anais, para a posteridade de nossa sociedade, o regozijo pela data, como reconhecimento ao labor incansável da família Romani e de todos aqueles que, como diretores e funcionários, participaram e participam deste projeto industrial.

REQUERIMENTO N° 2880

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Governador Roberto Requião, no sentido de determinar estudos junto às Secretarias competentes para que os aposentados e pensionistas da Previdência Social (INSS), possam pagar suas obrigações devidas junto a COPEL e SANEPAR até o dia que recebem seus benefícios sem quaisquer multas ou

juros.

Sala das Sessões, em 30.10.91.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Essas prorrogações de prazo se fazem necessárias devido as alterações efetuadas pelo Governo Federal aos pagamentos dos benefícios dos aposentados e pensionistas, pois como todos sabemos a Previdência Social, sem qualquer aviso antecipado, prorrogou o prazo para pagamento do benefício em muitos casos até o nono dia útil do mês seguinte, quando normalmente pagava no primeiro dia útil.

Os aposentados e pensionistas da Previdência Social (INSS) já vivem com proventos completamente defasados e submetidos às mais diversas humilhações. Como as contas da SANEPAR e COPEL, têm data certa para pagamento, normalmente os aposentados e pensionistas ficam sujeitos a multas e juros ou a recorrerem a empréstimos para saldarem seus compromissos em dia.

Esta a razão deste apelo ao Excelentíssimo Senhor Governador Roberto Requião para que determine estudos em caráter de urgência para minorar o sofrimento dessa gente.

REQUERIMENTO N° 2886

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUEREM, após ouvido o Plenário, envio de expediente ao Secretário da Educação e ao Governador do Estado, solicitando que a Secretaria da Educação promova concurso público, para preencher as vagas de Servente, Merendeira, Vigia e Auxiliar de Serviços Gerais em todas as Escolas da Rede Pública Estadual, que hoje contratam os servidores em regime de contratação temporária, ocasionando a cada ano, sérios problemas no início do ano letivo e no decorrer dele, dado o fato da rotatividade não contribuir para o bom funcionamento dos Estabelecimentos de Ensino.

Sala das Sessões, em 30.10.91.

(aa) ERNANI PUDELL e Dr. ROSINHA

Projeto de Lei:

PROJETO DE LEI N° 495/91

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica estabelecida para a terceira semana do mês de março em todos os anos, a Semana da Moda do Paraná.

Parágrafo Único - As comemorações alusivas a referente data, tratada no "caput" deste artigo, serão realizadas pelo Governo do Estado com a colaboração da Prefeitura Municipal de Maringá, daqui em diante

intitulada "Capital da Moda do Paraná".

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 30.10.91.

(a) JOÃO PREIS

JUSTIFICATIVA:

Num país castigado pela inflação, a falta de investimentos públicos e outros, o povo acostumou-se à oratória da crise. No Paraná, estado com 10 milhões de habitantes, cujo padrão de vida está entre os melhores do Brasil, a população de Maringá fala em outro tom, mais animado e muito mais confiante.

Enquanto o País assiste a um emagrecimento da produção, Maringá em decorrência do seu crescimento pode oferecer novos empregos em todos os setores, onde destaca-se a indústria têxtil, de modo especial.

O município possui atualmente, em torno de 250 empresas de tecelagem, fiações da seda e do algodão, atacadistas e industriais de modo geral, e com aproximadamente 1.000 microempresas e empresas de "fundo de quintal" que se destacam no aproveitamento do grande contingente de mão-de-obra existente na região.

Em questão de matéria prima, dentro da produção do Estado, Maringá produz 45% do algodão e 67% da seda, cujos números, a nível nacional correspondem a 19% do algodão e 55% dos casulos da seda do País.

O Centro de Atacadistas de Vendas - Vest-Sul, criado e construído para ser um pavilhão permanente de exposição de confecções, onde se realiza a venda direta da fábrica ao consumidor, fruto do trabalho de 43 expositores, onde se destacam "grifes" de alto nível e conceito - nacional e internacional - que já tem seus produtos expostos nas principais capitais do País e no Exterior.

O vertiginoso progresso apresentado pelo Município de Maringá, cidade polo da Microrregião 09, que se encontra localizada em região geograficamente privilegiada e, em decorrência natural é passagem obrigatória de quem se desloca em direção ao Paraguai, Argentina e Foz do Iguaçu, oriundos do Mato Grosso do Sul, São Paulo e sul do País, cuja função polarizadora deverá ter ainda reflexos de grande influência para colocar Maringá em vantagem nas novas relações comerciais que se abrem com a integração do Cone-Sul, haja vista que, o Centro de Atacadistas Vest-Sul tem atendido em média 300 onibus de turistas a cada final de semana.

Os empresários do ramo estão apostando em novos investimentos e, o mais importante, com o aval da opinião pública.

Assim sendo, é com grata satisfação que submetemos à apreciação pelo Plenário da Assembleia Legislativa do Estado, o

Curitiba, quarta, em 30.10.91

presente projeto de lei, que objetiva a criação da Semana da Moda do Paraná, intitulando Maringá como "Capital da Moda do Paraná" numa justa homenagem ao seu povo trabalhador.

Projeto de Lei Complementar:

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 493/91

A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Ficam revogadas as Lei Complementares nºs 56 e 57/91.

Art. 2º - Nenhuma área do território do Estado do Paraná, será objeto de criação ou incorporação de Município, sem atendimento do disposto no Parágrafo 1º, do artigo 19, da Constituição do Estado do Paraná, e dos seguintes requisitos:

I - população estimada não inferior a 10.000 (dez mil) habitantes, nas respectivas áreas, no caso de criação ou incorporação integral de Municípios, e não inferior a 2.000 (dois mil) habitantes, no caso de incorporação de parte de área territorial;

II - número de eleitores não inferior a 1/5 (um quinto) do número de habitantes, nas respectivas áreas;

III - capacidade de oferta de ensino público fundamental;

IV - capacidade de oferta de serviços públicos de saúde;

V - capacidade de oferta de serviços públicos de segurança;

VI - existência de comércio, indústria, produção agrícola ou qualquer outra atividade que propicie autosuficiência econômico-financeira, com a demonstração da capacidade geradora de receita tributária, nas respectivas áreas;

VII - Plano de infra-estrutura básica, no tocante ao abastecimento de água potável, esgoto, vias de acesso rodoviário, transporte, energia elétrica e serviços telefônicos;

VIII - Plano de preservação da mata nativa, na proporção de 20% (vinte por cento) da área;

IX - existência de centro urbano com no mínimo 1.000 (hum mil) casas.

§ 1º - Os requisitos dos incisos III, IV, V, VI, VII e VIII, constarão do Plano de Desenvolvimento referido no artigo 6º, desta Lei.

§ 2º - Os requisitos dos incisos I e IX, serão apurados pela Fundação Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social - IPARDES, e os do inciso II, pelo Tribunal Regional Eleitoral - TRE.

§ 3º - Os requisitos dos incisos III, IV e V, serão apurados e avaliados, respectivamente, pelas Comissões Técnicas

Permanentes de Educação, Saúde Pública e Segurança Pública, os dos incisos VI e VII, pelas Comissões Técnicas Permanentes de Finanças e de Agricultura, Indústria e Comércio, e os do inciso VIII, pela Comissão Técnica Permanente de Ecologia e Meio Ambiente da Assembleia Legislativa do Estado.

Art. 3º - A criação de Municípios ocorrerá mediante:

I - desmembramento de área territorial de um Município;

II - fusão de duas ou mais áreas territoriais pertencentes a dois ou mais Municípios;

III - fusão de dois ou mais Municípios, com a extinção destes.

Parágrafo Único

- Na hipótese dos incisos II e III, deste artigo, a Assembleia Legislativa, através da Comissão de Constituição e Justiça, solicitará pareceres às Prefeituras e Câmaras Municipais envolvidas, que se manifestarão no prazo de 10 (dez) dias a contar da data do recebimento da solicitação, para a devida instrução processual legislativa e análise de mérito.

Art. 4º - A incorporação de Municípios ocorrerá através de transferência integral ou de parte do território de um Município para outro.

Art. 5º - É proibida a criação ou incorporação de Municípios, quando a medida importar para o Município ou Municípios de origem, na perda dos requisitos exigidos em Lei.

Art. 6º - O procedimento para a criação ou incorporação de Municípios terá início mediante:

I - representação dirigida à Assembleia Legislativa, subscrita por no mínimo 100 (cem) eleitores, contendo o número dos títulos e zonas eleitorais e atestados de residência nas respectivas áreas;

II - apresentação de Plano de Desenvolvimento do novo Município, assinado por profissional habilitado em urbanismo.

§ 1º - A representação de que trata este artigo, deverá apresentar a área da unidade proposta, demonstrando suas atividades de forma clara, precisa e contínua, as quais, sempre que possível, acompanharão acidentes geográficos permanentes e facilmente identificáveis, além da denominação do novo Município e a indicação da zona cívico-administrativa sede.

§ 2º - Na toponímia dos novos Municípios, é vedada a repetição de nomes de Cidades ou Vilas brasileiras já existentes, bem como a designação de datas, nome de pessoas vivas e o emprego de denominação com mais de três palavras, excluídas as partículas gramaticais.

§ 3º - O Profissional habilitado referido no inciso II, deste artigo, será res-

pensabilizado na forma da Lei, caso preste informações falsas, no que concerne ao disposto no parágrafo 1º, do artigo 1º, desta Lei.

§ 4º - Os atestados de residência mencionados no inciso I, deste artigo, serão fornecidos a título gratuito pela autoridade competente.

Art. 7º - Recebidas as representações pela Assembleia Legislativa sobre criação ou incorporação de Municípios, serão lidas em resumo no Expediente da primeira reunião plenária subsequente ao recebimento e encaminhadas às Comissões Técnicas Permanentes constantes do parágrafo 3º, do artigo 1º, desta Lei, para apuração e avaliação de requisitos.

Parágrafo Único - Instruída as representações com pareceres das Comissões referidas no "caput" deste artigo, será enviada à Comissão de Constituição e Justiça.

Art. 8º - A Comissão de Constituição e Justiça, no prazo de 10 (dez) dias do recebimento da representação, solicitará:

I - informações à Fundação Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social - IPARDES, para apuração do requisito constante do inciso I, do artigo 1º, desta Lei;

II - informações ao Tribunal Regional Eleitoral - TRE, para apuração do requisito constante do inciso II, do artigo 1º, desta Lei, e verificação se os eleitores que subscrevem a representação, são registrados como pertencentes as zonas eleitorais existentes nas áreas a serem objeto de criação ou incorporação de Municípios;

III - informações ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, para verificação de existência de impedimento quanto a toponímia, constante do parágrafo 2º, do artigo 6º, desta Lei, e apuração de existência de dissentimentos no traçado do polígono definidor das divisas territoriais.

Parágrafo Único - Os órgãos referidos neste artigo, prestarão informações no prazo de 30 (trinta) dias, a contar do recebimento da solicitação.

Art. 9º - Instruído o processo de representação, a Comissão de Constituição e Justiça nomeará relator, que manifestar-se-á no prazo de 10 (dez) dias, quanto ao cumprimento dos requisitos exigidos, quanto aos aspectos constitucionais, legais, regimentais e de técnica legislativa da matéria, e quanto ao mérito da criação ou incorporação de Município, apresentando Projeto de Resolução autorizando a realização de plebiscito nas respectivas áreas, no caso de parecer favorável.

Parágrafo Único - No caso de parecer contrário à criação ou incorporação de Município, por vícios insanáveis fundamen-

tais em mérito, inconstitucionalidade, ilegalidade, antiregimentalidade ou por descumprimento de qualquer dos requisitos exigidos, o Presidente da Comissão de Constituição e Justiça requererá ao Presidente da Assembleia Legislativa o arquivamento da representação, que o fará após aprovação do Plenário.

Art. 10 - Aprovado o Projeto de Resolução pelo Plenário, após sua promulgação, o Presidente da Assembleia Legislativa solicitará ao Tribunal Regional Eleitoral - TRE, a realização do plebiscito.

Art. 11 - A forma de consulta plebiscitária, em matéria de criação ou incorporação de Municípios, será regulada por Resoluções do Tribunal Regional Eleitoral, respeitados os seguintes requisitos:

I - cédula oficial, contendo as palavras "sim" ou "não", indicando respectivamente a aprovação ou rejeição à criação ou incorporação do Município;

II - eleitor pertencente a zonas eleitorais existentes nas áreas diretamente afetadas pela criação ou incorporação de Município;

III - eleitor residente na área a mais de 01 (um) ano.

Art. 12 - A aprovação do eleitorado no plebiscito dar-se-á pelo voto da maioria simples, exigindo-se o comparecimento da maioria absoluta do eleitorado.

§ 1º - Se o comparecimento do eleitorado não tiver sido suficiente ou o resultado do plebiscito for desfavorável à proposição, esta não poderá ser renovada na mesma sessão legislativa.

§ 2º - Na ocorrência dos casos constantes dos incisos II ou III, do artigo 3º, desta Lei, o plebiscito será realizado em forma separada, exigindo-se, para a aprovação da criação ou incorporação, o voto da maioria simples e o comparecimento da maioria absoluta do eleitorado de cada área territorial participante da fusão, bastando a rejeição do eleitorado de uma das áreas territoriais para a desaprovação da proposta.

Art. 13 - Nos casos constantes dos incisos II e III, do artigo 3º, desta Lei, o resultado favorável à criação do novo Município será considerado como manifestação eleitoral da aceitação da zona civico-administrativa proposta como sede do Município.

Art. 14 - Só serão admitidas emendas modificativas corretivas em matéria de criação ou incorporação de Municípios, e justificadas por constatação de dissentimentos no traçado do polígono definidor das divisas do novo Município ou por impedimento quanto a sua toponímia.

Art. 15 - O requerimento de regime de Urgência em matéria de criação ou incorporação de Municípios, produzirá seus efei-

tos somente após a apresentação de Projeto de Resolução pela Comissão de Constituição e Justiça.

Art. 16 - Recebida pela Assembleia Legislativa, a comunicação do resultado do plebiscito realizado, será lida em resumo no Expediente da primeira reunião plenária subsequente ao recebimento e encaminhada à Comissão de Constituição e Justiça.

Art. 17 - Recebida a comunicação do resultado do plebiscito, a Comissão de Constituição e Justiça, no prazo de 10 (dez) dias a contar do recebimento, nomeará relator que, no caso de resultado favorável à criação ou incorporação de Município, apresentará Projeto de Lei, que terá tramitação segundo o estabelecimento às demais proposições.

Parágrafo Único - No caso de resultado de plebiscito contrário à criação ou incorporação de Município, o Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, solicitará ao Presidente da Assembleia Legislativa o arquivamento do processo de representação e do Projeto de Resolução, que o fará após a aprovação do Plenário.

Art. 18 - O território do novo Município continuará a ser administrado pelo Prefeito do Município ou Municípios de que foi originado até sua instalação.

Art. 19 - O Município será instalado com a posse do Prefeito, Vice-Prefeito e Vereadores, cuja eleição será simultânea à daqueles Municípios já existentes.

Art. 20 - Até a elaboração da Lei Orgânica própria, vigorará no novo Município a legislação do Município de origem.

Parágrafo Único - Nos casos constantes dos incisos II e III, do artigo 3º, desta Lei, vigorará a legislação do Município de maior população.

Art. 21 - Durante o período compreendido entre a criação e a instalação do Município, a contabilidade de sua receita e despesa será processada em separado pela Prefeitura do Município ou Municípios de que se originaram.

Parágrafo Único - Em 10 (dez) dias úteis à instalação do novo Município, a Prefeitura responsável pela contabilidade entregará àqueles os livros e documentos de escrituração contábil e a respectiva prestação de contas, para fins de controle interno e externo.

Art. 22 - Os bens e serviços municipais situados no território que foi objeto de criação de Município, passarão a propriedade do novo Município, na data de sua instalação, independente de indenização.

Art. 23 - Não poderão ser feitas incorporações ou criações de Municípios em ano de eleição Municipal.

Art. 24 - Ficam revogadas as disposições contidas no Título V, do Capítulo XII, do Regimento Interno da Assembleia

Legislativa, e as demais disposições contrárias.

Art. 25 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 30.10.91.

(a) NELSON JUSTUS

JUSTIFICATIVA:

"Somos favoráveis a criação de novos Municípios no Paraná, desde que estas unidades político-administrativas, possuam, a partir de sua gênese, capacidades mínimas de ofertar às suas populações, condições de subsistência e um futuro planejado, sendo que a medida, não pode de forma alguma, acarretar maiores ônus ao Estado, e dividir ainda mais as parcelas de distribuição do Fundo de Participação dos Municípios, pois a grande maioria dos já existentes, não só pela atual conjuntura econômico-financeira e social, encontram-se quase em estado de miserabilidade."

No passado, o espírito desbravador de territórios, fundamentado pela necessidade de abertura de novos horizontes, pela busca da descentralização administrativa, levava o raciocínio à procura de novos espaços geopolíticos. Havia nesta época, a presunção de que a criação de municípios desmensuradamente, traria desenvolvimento, mas a que preço, pensavam? - o preço era o sacrifício de populações inteiras, hoje vista como gerações que amassaram o barro e plantaram as sementes do futuro.

Nos dias de hoje, dias em que vemos o homem pisar na lua, aproximar-se da velocidade da luz, tempo em que nem mesmo mais somos chamados de "homo sapiens", e sim de "homo industrialis", estamos criando municípios no Paraná sem a devida planificação; e planificação quer dizer a previsão do futuro, para a concretização de um objetivo, que no caso de criação de Municípios, deveria ser o bem comum através do atendimento do interesse público, sendo que no passado, ainda sementes para plantar, e hoje, como é chamada a atual geração, geração da fome, geração insegura, geração doente, das filas da previdência, e porque constata-se estas condições, talvez porque no passado não houve planos ou talvez porque o desbravamento territorial e eleitoral estava acima da racionalidade, e como estamos hoje tratando destas bases geopolíticas construídas com muito esforço e dedicação pelas gerações passadas, estamos criando Municípios como antigamente, desmensuradamente, sem planos, sem previsões, no passado ainda justificava-se a saga por novos horizontes, mas hoje não se justifica, vemos isto como um desrespeito ao passado e ao futuro.

A presente iniciativa legislativa, é um primeiro passo à modernidade, tem o cunho de regulamentar ordenadamente a criação e incorporação de Municípios no Estado

do Paraná, aproximando a legislação às atuais realidades e necessidades do Estado, dos Municípios e de seus cidadãos.

O Paraná é um Estado que possui as suas próprias peculiaridades, distintas das demais unidades federativas do Brasil. Se a palavra de ordem é criem-se Municípios no Brasil, isto se aplica a Estados como o Amazonas, Mato Grosso, Acre, Rondônia, Tocantins e outros, mas não ao Estado do Paraná. Aqui precisamos, antes de criar novos Municípios, fortalecer os já existentes, para que estes possam fortalecer os seus distritos, dando-lhes condições para que um dia possam adquirir o "status" de Município.

A Constituição promulgada a 5 de outubro de 1.988, permitiu aos Estados a legislação sobre a criação e incorporação de Municípios, através de preceitos do parágrafo 4º, do artigo 18, já a Constituição do Estado do Paraná, dá competência ao Projeto de Lei Complementar que ora apresentamos, para legislar sobre a matéria, através dos mandamentos contidos em seu artigo 19.

As Leis Complementares vigentes, que dispõem sobre criação e incorporação de Municípios, no nosso entendimento, representam um retrocesso, possuem vícios insanáveis, e chegam até a agredir a imaginação de seus consulentes e aplicadores, pois desde a técnica legislativa empregada, a falta de previsão de seus efeitos, a inexistência de fundamentos aos critérios utilizados na sua elaboração, possibilita a produção descomedida de Municípios, muito deles fadados à miséria, pela falta de condição de autogestão, gerando conflitos entre o interesse público e o interesse eleitoral, em detrimento da organização político-administrativa do Estado do Paraná.

Instale-se o contraditório, estabeleça-se a discussão, ao mesmo tempo em que solicitamos a apreciação e o apoio dos nobres pares desta Casa, ao Projeto de Lei Complementar que ora apresentamos.

O SR. PRESIDENTE - (Aníbal Khury) - No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Deputado Doutor Rosinha.

O SR. DR. ROSINHA - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

A Prefeitura Municipal de Maringá, para sua atuação na área da educação fez um diagnóstico do município e constatou evasão escolar, péssimo salário dos servidores entre outros itens que coloca a educação como uma situação bastante ruim perante a sociedade.

Ela nesse diagnóstico da situação da educação, evasão escolar, dificuldade de aprendizado, péssimos salários, sucateamento

mento das escolas ela não diz quem são os responsáveis por isso.

Nós dizemos, os responsáveis pela situação péssima que se encontra a educação, não só em Maringá, mas no Paraná e no Brasil são os próprios administradores e os governantes que tivemos até hoje.

Após ter constatado essa situação a administração pública do Município de Maringá propôs a solução. Para isso ela tem a seguinte proposta:

"A Prefeitura constrói os prédios escolares mantém esse patrimônio, coloca todos os equipamentos e mantém o prédio em funcionamento e depois disso a Prefeitura Municipal de Maringá baseada no Artigo 156 da Lei Orgânica daquele Município resolve privatizar o ensino. Repassa esse prédio construído, equipado e mantido pelo Poder Público ao setor privado, para iniciativa privada e passa a pagar para essas empresas por aluno, tornando o aluno não um educando, mas uma mercadoria, um objeto de lucro ao setor empresarial educacional daquela cidade.

Dizem os administradores de Maringá, que tudo é normal, que fazem uma licitação pública e a partir dessa licitação contratam uma empresa, agora qual é a empresa que deseja trabalhar tendo prejuízo.

Logicamente que todas essas empresas querem obter o lucro. E se para isso for necessário ela fará economia nos recursos didáticos e praticamente não investindo praticamente nada.

Vai acabar com a diversidade de material porque se quiser ter lucro não pode ter diversidade. É necessário ser homogêneo e uniforme para que ela possa comprar mais pelo menor preço e obter maior lucro.

Aumentará sem dúvida nenhuma o número de alunos dentro das salas de aula e a partir daí como ficará a qualidade de ensino? Provavelmente cairá a zero, piorando em relação ao que hoje se encontra, em relação ao diagnóstico feito por aquela Prefeitura. É muito mais provável que essas empresas, na busca incessante do lucro passe a querer monopolizar o sistema educacional da cidade, vindo a fazer com que as empresas maiores adquiram e comprem as empresas maiores.

O SR. CARLOS SIMÕES (Pela Ordem) - Comunico com profunda tristeza, inclusive o companheiro Rosinha que foi Vereador em Curitiba, que faleceu agora pela manhã, às 11:30, 12:00 horas, o Vereador Sidgley Claudino, de enfarto. Companheiro e amigo nosso.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa registra com pesar o falecimento do Vereador Sidgley Claudino.

Curitiba, quarta, em 30.10.91

O SR. DR. ROSINHA - Com pesar, também, da Bancada do Partido dos Trabalhadores. (Término do Horário).

Senhor Presidente, requeiro o Horário da Liderança do PT. (Assentimento).

Essas empresas provavelmente farão com que tudo, todos os concorrentes sejam eliminados na busca do maior lucro, sem prestar atenção e sem dar atenção à qualidade de ensino. Qual é a despesa do município que alega que ele quer economizar contraindo essas empresas? O Sindicato dos Servidores Públicos de Maringá comparando todos os documentos e todos os contratos, acabou chegando a uma conclusão: mostra o Sindicato que a escola-empresa que a Prefeitura tanto elogia, gastará dos cofres públicos municipais três milhões, setecentos e sessenta mil e oitocentos cruzeiros por mês, enquanto a escola da rede pública municipal gasta seiscentos e cinquenta e nove mil cruzeiros por mês. Na questão do resultado do aprendizado a Prefeitura já mente à população dizendo que o resultado didático do aproveitamento escolar é muito bom e faz esta avaliação simplesmente em seis meses de experiência. Nós sabemos que qualquer resultado no campo educacional demora muito mais do que seis meses, demandando às vezes cinco, seis anos ou décadas para poder medir a qualidade do ensino, se houver resultado ou não mas não em seis meses. A uma população desinformada a prefeitura acaba mentindo, dizendo que hoje a situação é melhor, mas a população de Maringá organizou-se e constituiu um fórum de defesa do patrimônio público de Maringá e são cinquenta e seis entidades entre sindicatos e associação de moradores. Elas vieram de público, essas entidades, fizeram passeatas no município se opondo a essa posição do Prefeito Ricardo Barros que sob o discurso da boa administração tem favorecido única e exclusivamente o setor empresarial daquela cidade. Nós, do partido dos trabalhadores, Deputado Ernani Pudell, Ovídio e eu, a pedido dessas entidades entramos no Tribunal de Justiça com o pedido de uma liminar suspendendo o artigo 156 da lei orgânica do município de Maringá, porque ele contraria dois artigos, um da Constituição Federal e outro da Constituição Estadual. É o artigo 213 da Constituição Federal e o artigo 187 da Constituição Estadual. Diz a Constituição Federal que o repasse de verbas públicas às escolas privadas somente será feita após cumprida a exigência do dever estatal de universalização do ensino público. Isto não está ocorrendo na cidade de Maringá. Não existe ainda a universalização do ensino público para que repasse dinheiro a outros setores da sociedade. E o artigo 156 da lei orgânica daquele município que

abriu espaço e brecha para que isto seja feito. Nós estamos questionando o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná sobre o guarda-chuva do liberalismo. O Prefeito Ricardo Barros tem abusado na sua administração através da publicidade e da propaganda da boa administração. Estive em Maringá no final da semana passada e aqui nesta Casa tem dois ou três deputados daquela região e que poderão ou não confirmar. A população mais carente da cidade tem cercado Deputados na rua, como foi o meu caso, para dizer a administração não tem atendido às necessidades da população e que são contra essa escola, porque, através dela, tem drenado dinheiro para o setor privado e para o setor empresarial daquela cidade.

Tem esta população denunciado que há irregularidade de desvio de dinheiro inclusive com ação tramitando no Tribunal de Justiça do nosso Estado.

Sob esse manto do neo-liberalismo tiram o dinheiro público que deveria ser investido na escola pública e fazem investimento no setor privado.

É neste sentido que as entidades daquele município se organizaram neste fórum para desistir a este avanço sobre os Co-fres Públicos, em nome da modernidade, em nome da melhoria do ensino, tem se privatizado e essa melhoria não tem sido constatada. E nós estaremos presentes no dia 9 de novembro, junto com mais de 100 entidade do Estado do Paraná em ato político naquela cidade, contrários à privatização de escolas.

Foi confirmada, também, a presença do Deputado João Preis e do Deputado José Alves naquela cidade, presentes também neste ato, para que possamos refrear a privatização do ensino público sob a responsabilidade do município na Cidade de Maringá. E nós do PT estamos cumprindo com a nossa parte pedindo a inconstitucionalidade desses atos da administração pública de Maringá.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) - Deputado Albino Corazza com a palavra.

O SR. ALBINO CORAZZA - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sra. Deputada. Recebemos do Presidente da Associação dos Municípios do Paraná, Prefeito José do Carmo Garcia, a programação da marcha dos prefeitos do Paraná e do Brasil, à Brasília.

No dia 5 de novembro, terça-feira, às 16 horas na Sala de Comissões de Ciências e Tecnologia da Câmara Federal será apresentada pela Comissão Técnica um documento reivindicatório a todos os presidentes de entidades municipalistas.

No dia 6 de novembro, quarta-feira, às

10 horas no Senado e na Câmara haverá uma grande reunião com os prefeitos, vice-prefeitos, vereadores e municipalistas do Brasil além dos Deputados Federais e Senadores e em especial o Presidente da Câmara e do Senado Federal para apreciar e discutir o documento. Está sendo também solicitada uma audiência com o Presidente da República onde todos os prefeitos do Brasil pretendem colocar a posição em defesa do municipalismo brasileiro. E como coordenador do Bloco Parlamentar Municipalista desta Casa, queremos desta tribuna, fazer o nosso protesto contra o "Emendão" que pretende retirar recursos do ICMS e também contra a situação do retorno do Fundo de Participação dos Municípios.

Estamos apresentando também um requerimento à Mesa, solicitando apoio dos colegas Deputados para formação de uma comissão para acompanhar e dar apoio a esse movimento, chamado SOS Município. Estamos requerendo a formação de uma comissão suprapartidária, de membros componentes do Bloco Parlamentar Municipalista para junto com os prefeitos do Paraná, em Brasília, levar apoio oficial desta Casa, como também, colocar junto aos nossos representantes no Congresso Nacional, a necessidade do apoio ao municipalismo do Paraná e do Brasil. Todos nós recordamos as marchas de longos anos atrás, à Brasília, pleiteando a reforma tributária e significativa conquista foi alcançada com a nova Constituição que está em vigor. Hoje o governo federal pretende, ao invés de dar o apoio que os municípios precisam e têm direito pela Constituição, mudar a Constituição retirando recursos dos municípios. Retirar recursos dos municípios nessa época de crise, é aumentar a miséria do povo brasileiro.

Nós pretendemos, uma vez com o apoio desta Casa, juntamente com alguns colegas, numa comissão suprapartidária, fazer com que a Assembleia do Paraná, que já constituiu esse Bloco Parlamentar Municipalista, que já discutiu importantes assuntos e projetos em defesa dos municípios, marcar presença e lutar junto com os prefeitos para que, tendo os municípios mais recursos, mais autonomia, possa melhor atender ao povo do Paraná. Portanto, contamos com o apoio dos colegas e, se aprovado esse requerimento, faremos uma reunião na segunda-feira para discutir com os membros dessa comissão, e acompanhar os prefeitos até Brasília.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) - Concedo a palavra ao Senhor Deputado Ernani Pudell.

O SR. ERNANI PUDELL - Senhor Presidente,

Senhores Deputados.

Nos traz hoje à tribuna, a preocupação sobre as notícias que correm pelo Paraná, dando conta de que o Banco do Estado do Paraná, Banco do povo, Banco sem banqueiro, estaria preparando a demissão em massa de cerca de 1.300 de seus funcionários.

Segundo nos consta, essa medida teria por objetivo de um lado, reduzir as despesas administrativas, inclusive exigências do Banco Central e permitir que o Banco do Estado do Paraná, em situação pré-falimentar, conforme atesta o próprio orçamento do Estado do Paraná, tivesse condições de manter uma sobrevivência.

A se confirmar essas notícias, nós queremos desde já antecipar o nosso protesto, por entender que a utilização irresponsável feita no BANEESTADO na gestão passada, principalmente quando o Banco do Estado do Paraná, se constituiu no Caixa 2 do Governo Estadual, colocando verbas para construção de estradas e outras obras no Estado, de cunho eminentemente eleitoreiro, que essa política irresponsável não recaia agora sobre as costas dos seus funcionários.

O Estado do Paraná não pode admitir de forma alguma que nesse momento de recessão, nesse momento de crise por que passa a sociedade brasileira, dê o Governo do Estado a sua contribuição ainda mais perniciosa, colocando ao desemprego tantos paranaenses, que certamente, nessa conjuntura não terão possibilidade de reingresso no mercado de trabalho.

Fica portanto então aqui, a nossa interpelação às Lideranças do Governo nesta Casa, para que respondam satisfatoriamente sobre esses boatos que tem circulado acerca do Banco do Estado do Paraná, e principalmente que venham trazer a tranqüilidade a todos nós, desmentindo essas notícias que tem circulado pelo Paraná.

Segundo lugar, Senhor Presidente, especialmente à Mesa diretora desta Casa, a preocupação com que estamos enxergando nos andamentos dos trabalhos da Assembleia.

Também o nosso protesto a pauta da Assembleia Legislativa do Paraná, conforme hoje todos os Senhores Deputados podem verificar, está contendo basicamente a aprovação, discussão e votação de projetos de declaração de utilidade pública de entidades assistenciais.

Não é mais possível esse Poder Legislativo continuar a se reunir em Plenário apenas com a incumbência de debater Projetos dessa natureza.

Esses Projetos, Senhor Presidente, inclusive, regimentalmente sequer, deveriam vir a Plenário e nós estamos preocupados Senhor Presidente, sabendo que vários Projetos importantes que estão tramitando nesta Casa, como por exemplando, o Projeto

que regulamenta a política agrícola, projeto que regulamenta a política de transporte coletivo intermunicipal do Paraná, Projetos como os "Royalties", diversos outros projetos, inclusive, projetos de autoria da Bancada do Partido dos Trabalhadores que cancela definitivamente o pagamento de aposentadoria a ex-Governadores, que até esse momento, não deu o ar da sua graça na Ordem do Dia, projetos como também a eliminação do pagamento de verbas de representação, não estão sendo colocadas na Ordem do Dia.

Nós entendemos que existem projetos e matérias importantes que estão em andamento nesta Casa e gostaríamos que esses projetos viessem a discussão e que se retirasse definitivamente da Ordem do Dia, projetos e declaração de utilidade pública, porque senão, Senhor Presidente, estamos prevendo que no final do ano esses projetos irão todos de uma vez só à pauta, na Ordem do Dia, aí teremos certamente a necessidade entre aspas, de convocação de Sessões Extraordinárias com o já tradicional pagamento de "Jetons" que para nós se constituiria a se confirmar essa hipótese, esse nosso temor, se constituiria em mais um golpe para abalar a credibilidade do Poder Legislativo do Paraná.

Era isso Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) - A Mesa ouviu com atenção o Deputado Ernani Pudell, estamos colocando às matérias na Ordem do Dia, que se encontram em condições.

Quanto a preocupação do Deputado Ernani Pudell, de pagamento de Sessões Extraordinárias, o Deputado alega que é tradição nesta Casa, a Mesa informa Sua Excelência, que até agora não pagou e não vai pagar nenhum "Jeton" por Sessão Extraordinária.

O SR. TOTI COLAÇO (Pela Ordem) - Senhor Presidente, prazerosamente gostaria que ficasse registrado nos Anais da Casa a presença de 38 estudantes do Colégio Júlio Cesar do Município de Rebouças, acompanhados da Diretora Iara e das Professoras Glorinha e Vani.

A presença delas na nossa Sessão desta tarde é uma honra muito grande para nós principalmente da Região Centro Sul do nosso Estado.

E aproveitando o instante Senhor Presidente, eu gostaria deixar de público aqui os nossos agradecimentos em nome da Comunidade do ex-Distrito de Farol do Oeste, quando o ex-Deputado Namir Piacentini, apresentou um Projeto, já algum tempo atrás, houve lá o plebiscito e agora recentemente nos apresentamos um projeto criando definitivamente o Município de Fa-

rol.

Então, à tarde, Sua Excelência o Senhor Presidente Anibal Khury, Presidente desta Casa, honrosamente promulgou a Lei nº 9785, criando definitivamente o Município de Farol do Oeste.

Portanto, fica aqui o nosso reconhecimento, nossa gratidão ao ilustre Presidente por ter promulgado aquela referida Lei.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa registra com satisfação a presença do Colégio Júlio Cezar.

Concedo a palavra ao Deputado Luiz Carlos Alborghetti.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Senhor Presidente, Senhora Deputada, Senhores Deputados; eu não sei, mas na realidade a função do Deputado é legislar, é criar leis, é reivindicar, é "gritar", é buscar soluções para uma série de problemas.

E eu fico pensando porquê quando eu leio a "Folha de São Paulo", outros matutinos do Estado do Paraná, os jornais do Estado do Paraná, notamos que os grandes recursos do Governo Federal parece-me que não vêm para nós, e sim caminham para o Nordeste.

Eu encaminhei uma série de expedientes, uma série de telex, de ofícios. Vejam a BR-277, que liga Curitiba a Campo Largo, aqui no Estado do Paraná, há necessidade de uma série de restaurações nesta Br.

Você envia uma série de expedientes ao Ministério da Infra-Estrutura, ao Departamento Nacional de Estradas e Rodagem naquela ansia, naquela vontade de não querer ser o dono da verdade, mas de tentar pelo menos chamar a atenção para que o problema desta rodovia seja resolvido.

E o interessante é que eu conversava com o Deputado Rubens Bueno, que foi meu companheiro nesta Casa, e ele me dizia há uma semana atrás que já existe um Projeto de restauração aprovado, mas que lamentavelmente está engavetado e que o Governo Federal não tem condições para restaurar esta Rodovia.

A BR 277, do meu querido Fregonese, Paranaguá - Curitiba, aonde desfilam por ali mais de 8.300 veículos por dia, segundo informações e dados do ano de 1990, há uma série de pedidos para restaurar esta rodovia, que é de fundamental importância ao Estado do Paraná, dado o Porto de Paranaguá.

E, o ano passado, pasmem os Senhores, não foi o Governo Federal que restaurou aquela rodovia.

Foi o Governador Álvaro Dias. É verdade!

Não adianta você tampar o sol com a peneira, não adianta você mentir, porque o

Governo Federal, não fez nada! Absolutamente nada para restaurar esta rodovia.

Enviei um telex e recebi a resposta hoje, dizendo que providências serão tomadas. Mandeí o ano passado. Recebi a resposta hoje. Me deu vontade de colocar no banheiro da Assembleia para substituir o papel higiênico. A mesma coisa aconteceu com o pedido da BR 277.

Existe uma BR no Paraná onde estive a semana retrasada, que é uma verdadeira aberração. Você sai de Londrina e atravessa por Colorado, na região do Deputado Mário Bezerra, Castelo Branco-Paranavaí, Deputado Mário Bezerra, você consegue passar de carro naquela rodovia?

De Castelo Branco a Paranavaí. Eu tive que ir à Paranavaí, fazer uma reunião. De Castelo Branco a Paranavaí não existe a mínima condição. É um verdadeiro desrespeito, uma verdadeira afronta o que o Governo Federal faz naquela região Noroeste do Paraná. Uma rodovia abandonada, esburacada, aonde trafega, por ali, segundo dados que eu tenho no meu Gabinete, mais de 8.300 veículos, por dia, porque o Noroeste é uma região de progresso e de trabalho, e a rodovia está completamente abandonada!

Mas, eu não iria tão longe, vamos de carro daqui à Londrina, Deputada Emília, vamos de carro, Curitiba-Londrina, num dia de chuva, à noite, eu duvido, quem é que tem a coragem de enfrentar a rodovia Curitiba-Londrina, Londrina-Curitiba que está necessitando de restauração. E você encaminha expedientes ao Ministério da Infra-Estrutura, veja bem, eu sou do PRN, sou do Governo, eu ajudei a eleger este povo de lá. Subi em palanques, gritando que nem um desgraçado, neste Estado, pedindo, implorando que seria a solução imediata dos destinos da Nação Brasileira. Imaginem, eu, do PRN mando ofício, só me mandam ofício de lá para cá.

"Vamos resolver, vamos resolver, vamos resolver, vamos resolver". Não resolvem nada! Essa é que é a grande verdade. Você fica cheio de receber expedientes, como eu recebi hoje, no meu Gabinete. Eu pedi apenas a restauração de alguns determinados trechos, eu não estou nem falando da região do Deputado Dobrandino, que há necessidade de duas pistas, de Cascavel a Foz do Iguaçu, eu não estou falando de outras regiões, eu estou falando da minha região: Curitiba-Londrina, Londrina-Curitiba.

Dê uma chegadinha, saiam agora, depois da Sessão, entre Curitiba a Campo Largo, e vejam o que está acontecendo ali.

Agora, já que não há soluções lá, já que não há soluções do Ministério da Infra-Estrutura, já que não há soluções do Departamento Nacional de Estradas e Rodagem, acho que vou começar a fazer os meus expedientes ao Senhor Prefeito Jaime Ler-

ner, ao Prefeito Belinati, ao Governador Roberto Requião, para restaurar as rodovias federais do Estado do Paraná.

Porque é um absurdo, é uma violência. Há a necessidade de nós nos unirmos, de gritarmos, mas gritarmos bem alto, para desentupir o ouvido desses Senhores que ocupam, em Brasília, o Ministério da Infra-Estrutura, porque eles andam de avião, eles não conhecem as rodovias do Paraná.

Aliás, nem sequer conhecem o que quer dizer Castelo Branco, não sabem nem onde é que fica o Município de Castelo Branco, não sabem nem onde é que fica o Município de Campo Largo. Eu dou a minha cara para bater se eles conhecem.

Só andam de avião, não sabem dos problemas que acontecem, eles nunca viram a Rodovia Londrina-Curitiba, Curitiba-Londrina. Não sabem onde é que fica Assaí. Assaí também está precisando de restauração, aquela região.

Então eu vou começar agora a fazer expedientes ao Governador Roberto Requião e aos Prefeitos dos Municípios.

Concedo o aparte ao Deputado Albino Corazza.

O Sr. Albino Corazza - Obrigado.

Nós queremos, Deputado Alborghetti, cumprimentá-lo pelo pronunciamento, trazendo a realidade das rodovias federais, no Paraná.

Nós somos também autores de um requerimento no sentido da Rodovia Federal Cascavel a Toledo, que está num estado intransitável, e temos recebido telex respondendo que o dinheiro já está à disposição para a restauração desta Rodovia entre Cascavel e Toledo, que está em estado intransitável e o movimento de todo o Oeste passa por esta rodovia. E hoje, pela manhã - em contato telefônico com o Diretor do DNER em Curitiba, ele me respondia que a empresa que ganhou a concorrência é de Minas Gerais e deverá se deslocar para o Oeste do Paraná para fazer a restauração de 40 Km e nós nos questionamos sobre o custo desta restauração. Bem mais prática seria uma empresa da própria região do Paraná ou a transferência dos recursos para o DR do Paraná pudessem restaurar mais rápido e mais economicamente.

Nós precisamos que alguma coisa de bom aconteça neste país, antes que a descrença leve ao desespero. Porque da maneira que está viabilizada a solução dos problemas há a descrença cada vez maior na classe política.

O parabeno por este pronunciamento e faço votos que as coisas mudem o mais breve possível.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Eu conheço essa rodovia porque eu estive lá, fiz

alguns comícios naquela grande região oeste, agora, me permita Deputado Corazza, aquela rodovia Toledo Cascavel é uma vergonha. É uma vergonha. É uma vergonha o que acontece entre Toledo e Cascavel e os homens foram buscar uma empreiteira em Minas Gerais! Até eles saírem de Minas, chegar a atravessar o Paraná, chegar lá em Toledo, acampar e começar vai mais 10 anos Deputado Corazza! Isso é uma vergonha!

O Sr. Albino Corazza - Deputado, há um movimento de 3.500 veículos/dia que transitam naquela rodovia que está esburacada há tanto tempo.

O Sr. Ernani Pudell - Permite-me um aparte? Agradeço o aparte e quero me somar à preocupação de V.Exa., Deputado Alborghetti, lembrando que a degradação das rodovias federais, no Paraná especialmente, têm contribuído em muito para o aumento dos acidentes de trânsito nessas rodovias, são muitas vidas que são ceifadas anualmente no Paraná por causa da má conservação. Esta rodovia que o Deputado Corazza se referia, tem um trecho que, praticamente, toda semana acontece um acidente fatal, em razão exatamente dos buracos onde os carros estouram os pneus e saem fora da pista. Sem contar os graves prejuízos que a Nação sofre com o encarecimento do frete, porque há uma depreciação muito acentuada e acelerada dos veículos de carga que transitam por essas rodovias, aumentando o frete inclusive.

Finalizando, quero parabenizar pelo vosso pronunciamento e reconhecer a grandeza de V.Exa. quando reconhece o erro cometido em apoiar o candidato Collor nas últimas eleições presidenciais. E colocamos à disposição, os palanques da campanha Lula em 94 para que V.Exa. possa reparar o erro cometido.

Obrigado.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Eu acho que todo mundo tem o direito de errar. Eu tenho os meus erros, mas tenho as minhas qualidades. Sou Deputado graças a Deus pelo segundo mandato, já vou para 12 anos de vida pública, fico no meu cantinho trabalhando, quando venho à tribuna venho com aquela vontade e com aquela garra de tentar acertar. Oxalá, Deus permita que este cidadão acerte realmente os destinos do Brasil! Por que o que diz a "Folha de São Paulo" de hoje, segundo o meu Líder Deputado Valdir Rossoni, realmente, nós estamos à beira do caos no país - dizia o meu Líder, e preocupado até com a situação porque passa a Nação brasileira. Mas todo mundo tem o direito de errar e todo mundo tem o direito de acertar. Espero que ele acerte para pagar os comícios e as cami-

nhadas que eu fiz por este Paraná do Brasil Novo.

Eu falei muito nesse Brasil Novo e espero que esse Brasil venha a acontecer um dia. Não sei quando, mas virá.

Eu vou começar a apresentar uma série de requerimentos para Prefeitos, para o Governador para ver se conseguimos restaurar as rodovias federais do Paraná. Já que não é feito por lá, já que Minas Gerais vai demorar um bocadinho: uns 4, 5 anos já chega em Toledo, você vai ver. E nós vamos ver se os Prefeitos, o Governador do Estado, ou se vamos pedir uma ajuda para o nordestino, para aqueles homens do Nordeste para virem dar uma mãozinha aqui, para a gente tentar solucionar o problema. Porque lá as rodovias estão todas bonitas. Aqui estão uma desgraça.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) - Concedo a palavra ao Sr. Deputado José Alves.

O SR. JOSÉ ALVES - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Viamos à esta tribuna para dar uma sequência no pronunciamento do Deputado Rosinha, que no último sábado, visitou a nossa Cidade, Maringá. Agradecemos a sua visita em nossa rádio, a rádio Atalaia e sua participação na programação em nossa emissora.

O mesmo faço a todos os Deputados desta Casa que passando por Maringá, a Cidade Canção, visitem a Rádio Atalaia. Estarão em casa. É uma emissora bem democrática e ficaremos felizes em ver a participação de mais Deputados, como muitos já participaram.

O nosso Município, de Maringá, infelizmente, com este Prefeito atual, tem passado dias desagradáveis. Em tantos itens que o Prefeito tem errado, está a privatização do ensino municipal. Vejam só, uma escola municipal que é construída com o dinheiro do povo, com o dinheiro do IPTU que Maringá tem, pois estamos pagando o IPTU mais caro do Brasil, quando neste ano a receita deste imposto passa dos 6 bilhões de cruzeiros... O que se diz em Maringá é que quem tem uma casa, ou quem tem uma propriedade, está pagando um aluguel caríssimo à Prefeitura. É uma realidade.

Não bastasse o maior IPTU do País que estamos pagando em Maringá, agora o Sr. Prefeito Municipal tenta privatizar o ensino municipal. Como já dissemos, as escolas que são feitas com o imposto pago pela população, agora o Sr. Prefeito que por um intruso, uma terceira pessoa, receber o dinheiro dos cofres públicos e repassar aos professores.

Lamentamos, porque hoje o ensino em

nosso País, a nível de Estado e Município, não é dos bons. Os mestres cada vez reclamando mais do que ganham.

Agora os senhores calculam, Srs. Deputados, temo que privatizem uma escola e ali um grupo de particulares é que vai administrá-la. Vai que num futuro mandato outro prefeito resolve não repassar mais o dinheiro a este particular para que ele repasse aos professores... Aí a escola acaba. Ou este particular começa a pedir: - é você, pague, aluno. Tem que dar uma ajudazinha para mantermos a escola. Para mim é o fim do ensino público se isto acontecer em Maringá.

A nossa participação também, Deputado Dr. Rosinha, é que a população de Maringá tem nos procurado e a nossa posição, como homem público, é contrária às idéias do Sr. Prefeito Municipal. E estes grupos que estão querendo pegar uma escola pública equipada, simplesmente para administrar, eles que vão comprar terreno e que vão construir escolas, já que tem muitas escolas públicas por aí, mas não pegar as escolas do povo, feitas com o dinheiro do povo e repassar a um terceiro para administrar.

Lamentamos. Não sei o que o Prefeito de Maringá tem na cabeça. Lamentamos esta posição do Sr. Prefeito.

E nós agradecemos a participação, Deputado Rosinha, da sua ida e da sua volta no próximo dia 09 quando teremos um Fórum na Universidade Estadual de Maringá com sua presença e demais Deputados, demais autoridades, com nossa presença, com a presença do nosso Deputado João Preis, estaremos lá em defesa da escola pública municipal de Maringá, nós não aceitamos e vamos lutar, vamos "até para o pau", se for preciso, mas não podemos entregar nas mãos de particulares aquilo que é do povo. Não podemos entregar nas mãos de terceiros aquilo que foi feito pela população, com muitos sacrifícios, com impostos caríssimos como está cobrando o Prefeito de Maringá.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Deputado José Tavares com a palavra.

O SR. JOSÉ TAVARES - Sr. Presidente, Sra. e Srs. Deputados.

Durante a minha permanência na Assembleia Nacional Constituinte votamos um artigo ao Ato das disposições constitucionais e transitórias que coincidentemente é o Artigo 2º, fixando para o dia 07 de setembro de 1993 a realização do plebiscito para definir se queremos parlamentarismo ou presidencialismo, se queremos república, monarquia, ou um outro regime de Governo.

Diz exatamente o seguinte o Artigo 2º: "No dia 07 de setembro de 1993 o eleitorado definirá através de plebiscito, a forma: república ou monarquia e o sistema de Governo parlamentar ou presidencialismo que deve vigorar no País.

"No parágrafo 1º diz que será assegurada gratuidade na livre divulgação dessas formas e sistema através dos meios de comunicação de massa cessionários do serviço público. Parágrafo segundo: "O Tribunal Superior Eleitoral promulgada a Constituição expedirá as normas regulamentadoras deste Artigo".

Quando nós estávamos definindo esse dispositivo ou este princípio nós não nos preocupamos em razão do grande acúmulo de matéria que nos envolveu nesses dois anos, já que esse dispositivo foi votado ao final dos trabalhos da Constituinte. Não nos preocupamos com o fato de que um plebiscito não é apenas uma vontade constitucional, ou seja, fixando-se a data visando que os meios de comunicação serão usados gratuitamente pelos defensores dessa ou daquela forma, desse ou daquele regime. Não nos preocupamos, e aí foi nossa falha, com outras providências que uma matéria ou um princípio como este teriam que ser tomados. Por exemplo, fixamos a data de 07 de setembro, praticamente no final do ano, depois vem uma série de providências legais que o próprio Tribunal Superior do Trabalho na regulamentação com base neste dispositivo teria que baixar e incidir sobre o que acontecer nesse dia 07 de setembro, uma série de providências jurídicas que podem nos levar até o final do ano para finalmente se homologar o resultado obtido nas urnas do dia 07 de setembro. E no início do ano seguinte nós já temos o ano eleitoral para Presidente da República, Governadores, Congresso Nacional e Assembleias. Estas razões de tempo, estas razões até burocráticas é que levaram alguns Parlamentares dentre os quais eu me incluo, no ano passado a já se preocupar com a antecipação da data do plebiscito. Muitas vezes o povo pode até imaginar que hoje, por exemplo, o Deputado Ulisses Guimarães, que está andando o Brasil afora, defendendo a antecipação do plebiscito, porque ele é parlamentarista, está assim agindo porque tem interesse pessoal, porque pretende ser candidato a 1º Ministro. Não é verdade! Primeiro porque o meu Partido, o PMDB, o Deputado Ulisses Guimarães como eu, que é parlamentarista, e eu posso falar porque na Constituinte votei pelo Parlamentarismo, não temos o menor interesse em se aprovado o Parlamentarismo, que ele seja aplicado ao atual governo. Absolutamente não! A Constituição assegura ao atual presidente um mandato de cinco anos, que na realidade

eu também não votei; votei pelos quatro anos, mas, já que foi vitoriosa a tese dos cinco, temos que nos submeter a decisão e à fixação do que consta em termos de mandato na Constituição.

Portanto, não cabe o argumento de que esta campanha está acontecendo agora porque tem gente interessada em ser 1º Ministro, já. Isto não irá ocorrer. Se o Parlamentarismo for vitorioso no plebiscito que nós pretendemos implantar, e nesse sentido já ocorre no Congresso Nacional duas emendas, uma do Senador Richa e outra do Deputado José Serra, este Parlamentarismo, esta forma de Governo será a partir do próximo governo, Senhor Presidente.

Por estas razões é que eu ocupo à Tribuna nesta tarde para deixar aqui registrada a minha posição pessoal, eu diria que a posição de boa parte, senão a maioria, dos membros do meu partido favorável ao regime parlamentar de Governo. Cem anos de República já mostraram que não deu certo e que temos o direito patriótico até de experimentarmos uma nova modalidade de governo. Se não bastasse o fracasso do Presidencialismo, eu defendo o Parlamentarismo por uma questão de convicção pessoal. Vivendo há mais de doze anos no Parlamento, começando nesta Casa em 79, eu estou absolutamente convencido que é muito mais difícil um parlamento errar do que uma única pessoa com poderes centralizadores e que muitas vezes em nome de salvar a pátria, de reconstruir uma nação e estamos vivendo e sentindo o que isso representa, exatamente, para o povo brasileiro nos dias de hoje. Estamos praticamente sendo conduzidos ao abismo, ao precipício sem sequer termos o direito de nos opor.

Por esta razão é que eu quero que fique consignada esta minha posição favorável à aprovação da emenda do Richa ou do José Serra, não importa a autoria, que antecipa o plebiscito para 1992, ou seja, o mês do ano que vem.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Encerrado o Horário do Pequeno Expediente. Com a palavra o Deputado Dirceu Manfrinato.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Sr. Presidente, Excelentíssima Sra. Deputada, Srs. Deputados.

Ao ocupar à tribuna na data de hoje, passa-se mais um registro da nossa vida pública, desde que iniciamos como homem público. Quero comunicar à Comissão Executiva deste Poder Legislativo, aos demais Deputados de todas as siglas partidárias, quero comunicar oficialmente o nosso desligamento do PMDB, fato que ocorreu no dia

26 próximo passado.

Mas antes de relatar aos Srs. Deputados a razão do nosso posicionamento, eu apenas gostaria de ler o ofício que encaminhei, o Ofício n° 336/91 Curitiba 25 de outubro de 1991.

(LE)

Senhor Presidente:

Pelo presente venho, respeitosamente, a presença de Vossa Senhoria comunicar meu desligamento do Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB.

Sei que uma decisão como esta não é fácil para quem pertenceu unicamente às fileiras de um só partido e me orgulho de fazer parte da história desta sigla partidária, uma vez que resisti aos meus oponentes durante todo o período da ditadura militar. Muitos desistiram e até tombaram nesta caminhada mas, felizmente, consegui superar todas as adversidades e acredito ter dado minha parcela de contribuição na construção e consolidação de um PMDB forte e combativo.

Deixo o Partido, mas não deixo os meus amigos e companheiros que nele permaneceram no Paraná.

Encaminho, em anexo, cópia da carta que dirigi aos companheiros comunicando minha decisão, bem como as razões que motivaram minha transferência para o PST.

A Comissão Executiva do PMDB, da qual honrosamente pertenci como Primeiro Vice-Presidente, aos membros e filiados, o meu apreço e minha gratidão pela acolhida que sempre tive desse Partido ao longo desses anos.

Na certeza de que ao ingressar nesta nova sigla partidária-PST procurarei manter a mesma postura de lealdade que sempre pautou meus atos, envio minhas cordiais saudações.

Atenciosamente.

Confesso a quem pertenceu unicamente a um partido durante todo esse tempo, um partido feito de história pelas dificuldades que enfrentamos no passado, um partido solidificado pelas raízes, as bases eleitorais das nossas origens, não só do Deputado Dirceu Manfrinato, mas também da nossa família.

A história da formação do ex-MDB e do atual PMDB na região de Cianorte e municípios circunvizinhos, aconteceu sob a luta, sob o trabalho, a confiança e a esperança do meu saudoso pai Primo Manfrinato.

Passou a responsabilidade ao longo do

tempo, quando já se estruturava o PMDB na região para o meu irmão mais velho Hélio Manfrinato a comandar o ex-MDB na região e hoje PMDB. Hélio Manfrinato eleito vereador por Cianorte, eleito Deputado Estadual por dois mandatos nesta Casa e aí passamos a assumir a responsabilidade a herança deixada pelo nosso saudoso pai que era a continuidade e a sobrevivência do nosso partido.

Tivemos meu irmão Roberto Manfrinato na Presidência do PMDB. Tivemos Gesner Manfrinato na presidência do PMDB de Cianorte. Tivemos Rubens Manfrinato também na Presidência do PMDB. Tivemos a dignidade e acima de tudo o respeito de trazer esta sigla partidária até onde ela chega hoje, nós temos esta responsabilidade pelos nossos ombros, de que também ajudamos a construir este partido e sei Srs. Deputados para quem iniciou até hoje durante todo este tempo num partido e depois de tanto tempo temos que deixar o nosso partido, o PMDB e as razões, é uma só. Somos conhecidos neste Poder Legislativo por alguns Deputados que tive a honra de aqui chegar desde 1982, conhecido pela nossa pureza, pelo nosso ponto de vista e acima de tudo pela nossa palavra. Nunca procuramos aqui na Assembléia Legislativa do Estado fazer política de bastidores. Tivemos sempre a lealdade de dizer antes de qualquer decisão qual era o nosso posicionamento e principalmente nas eleições da Mesa desta Casa. Tivemos um chamamento, um chamamento de um Líder incontestável, um Líder que demonstrou a sua liderança já nas eleições de 1986 ao Governo do Paraná, um líder que demonstrou e demonstra a sua liderança ao lançar o novo Partido no Paraná, o Partido Social Trabalhista, que aglutinado dos companheiros leais demonstramos ao Paraná que o PST hoje, nasce um partido forte e evidentemente pela Liderança do ex-Governador Álvaro Dias. Concedo aparte ao Deputado José Afonso Júnior.

O Sr. José Afonso Júnior - (Aparte). No momento que Vossa Excelência deixa a sigla do PMDB e passa ao Partido do Excelentíssimo ex-Governador Álvaro Dias, uma liderança incontestável, um companheiro das horas difíceis e das horas fáceis, eu quero nesta oportunidade como seu colega de Assembléia, como Deputado que fomos na outra legislatura, desejar a Vossa Excelência muito êxito nesta nova empreitada que Vossa Excelência é merecedor de todos os nossos reconhecimentos pelas suas qualidades pessoais, um homem corajoso, um homem sábio, um homem prudente, um homem que sempre primou pela unidade desta Casa, fazendo com que, sempre nos orgulhássemos de pertencer à Assembléia Legislativa

do Estado do Paraná. Queira Deus, Senhor Deputado, que tenhamos nas futuras eleições homens do seu calibre, da sua qualidade, para podermos bem representar a nossa gente que espera dos representantes da Assembléia, lealdade, qualidades pessoais para fortalecermos este Poder e fortalecermos a política que é uma coisa muito séria e Vossa Excelência tenha a certeza que sabe bem representar a conduta de homem público. Parabéns e que Deus, com a sua sabedoria, possa iluminar o seu caminho para que continue sendo esse companheiro, esse Deputado exemplar que orgulha a todos os seus colegas.

Muito obrigado.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Eu agradeço a referência de Vossa Excelência pelo nosso comportamento e dizer, ilustre Deputado, que tenho o maior respeito e a maior admiração, também, por Vossa Excelência.

O Sr. Hilton Barbosa - Eu peço um aparte, nobre companheiro.
(Assentimento)

Prezado companheiro, amigo Dirceu Manfrinato, acompanhei atentamente o seu pronunciamento. Fez-me lembrar o seu pronunciamento também na nossa caminhada e para nosso prazer e nossa alegria pudemos de perto acompanhar a sua e praticamente caminhamos o mesmo caminho, a mesma estrada. Disputamos as eleições na mesma região da considerada Associação dos Municípios de Entre Rios. Disputamos em 82 quando o nobre companheiro teve o prazer e a satisfação de aqui chegar e nós com mais de quinze mil votos, na época, ficávamos na suplência. Disputamos em 86 e aqui chegamos os dois. De novo em 90, disputamos a reeleição na mesma região e de novo aqui chegamos. É importante que se diga aos companheiros desta Casa, que sempre disputamos no mesmo partido e na mesma região e nunca sequer tivemos um início de desentendimento, evidente que pelo respeito mútuo e pela consideração que sempre tivemos com Vossa Excelência e com os seus queridos irmãos, pessoas dignas de respeito e também eles no tempo em que disputavam o mesmo cargo, na mesma região, sempre tivemos respeito para com eles.

Faço das suas palavras as minhas, pela saída do partido que ajudamos a fundar, partido que percorremos o Estado com Álvaro Dias, com Alencar Furtado, com Enéas Faria. Faço das suas palavras as minhas dizendo que saio do PMDB, mas permaneço com os amigos que permaneceram no PMDB e saio do PMDB porque não posso permitir e admitir que o Paraná fique num partido que hoje, podemos dizer, é um partido regional, porque não é respeitado pela cúpula coersista que tem hoje no domínio do Par-

tido.

Lamento profundamente ter que deixar os velhos companheiros. Municípios, como fez Vossa Excelência, nós fizemos também, a formação, a criação de diretórios. Nós saímos do partido, mas ficamos com os companheiros e dizemos a eles que venham conosco, porque este é o partido certo. Saio também, nobre companheiro Dirceu Manfrinato, saio também demais companheiros da Assembléia, saio também para acompanhar uma das maiores lideranças políticas que o Paraná já teve, o ex-Governador Álvaro Dias e que hoje, inclusive, nesta tarde, está em Brasília. Eu lido com Deputados Federais e lideranças políticas de outros Estados do país que irão adentrar ao PST. Companheiro Dirceu Manfrinato sempre foi um prazer acompanhar o seu trabalho, a sua luta na nossa região. Sempre foi um prazer disputarmos juntos, porque nós nos respeitamos e prazerosamente decidimos juntos, filiarmo-nos ao partido social trabalhista, junto com o companheiro João Preis, com o companheiro Luiz Carlos Martins, com o companheiro Neivo Beraldin, com o companheiro Geraldo Cartário, com o companheiro Ritti, com o companheiro Edison Lino e com certeza, outros companheiros que virão também para o partido. Faço, com você a vice-liderança do partido, como faço com João Preis, tendo sobre a nossa liderança, Geraldo Cartário.

Vamos juntos fazer o trabalho do PST que fizemos no PMDB, porque tenho certeza, que o Paraná quer destaque nacional, o Paraná quer sair da jaula que puseram o PMDB, nos injaularam. Nós saímos e vamos falar alto, vamos gritar ao Brasil: "Álvaro Dias é do Paraná e vai ser, se Deus quiser, o chefe maior do Brasil".

Muito obrigado e parabéns pelo seu pronunciamento.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Muito obrigado, Deputado Nilton Barbosa. Quando Vossa Excelência fala da ética acima de tudo, que existe entre nós dois, quando Vossa Excelência fala do entendimento que existe entre nós dois que disputamos o mesmo raio eleitoral. Acho que pela conduta de Vossa Excelência ao longo do tempo, não poderia ser diferente a conduta do Deputado Dirceu Manfrinato. Acho que em tudo o que houver entendimento, entre companheiros que disputam o mesmo raio eleitoral, quem sai beneficiado com este comportamento, com esta decisão, é a região, é a população da região do Paraná.

Espero e tenho certeza que, ao marcharmos na mesma sigla partidária, no caminho do partido social trabalhista, que é a porta da esperança do Paraná e do Brasil inteiro. Se nós tivemos essa ética dentro do PMDB imagine agora ilustre Deputado

Milton Barbosa com este chamamento que o Brasil faz em nome de Álvaro Dias esta ética haverá de ser muito mais entre nós dois.

Ac meu ex-líder de sigla partidária, porque quem foi rei sempre será majestade, Deputado Orlando Pessuti, quero neste momento agradecer Vossa Excelência pelo comportamento a conduta que teve dentro do partido do movimento democrático brasileiro. Acima de tudo o respeito com a nossa pessoa e entendendo algumas posições que aqui colocamos dentro deste Poder Legislativo. A nossa gratidão. E fique certo de que sou comandado por um novo líder, escolhido pela minha bancada e que tenho certeza que através da sabedoria, da inteligência dos meus companheiros que compõem a bancada do PST, escolhemos o nosso líder, uma pessoa certa para liderar a nossa bancada e fez jus para ocupar este cargo porque trabalhou e atendeu também ao chamamento a nível Federal e do Paraná.

O Sr. Geraldo Cartário - Deputado, em 1972, quando vereador, tive o prazer de conhecer o grande líder de Cianorte do MDB, Hédio Manfrinato; como Deputado, posteriormente, conheci Vossa Excelência quando vereador de Cianorte e Presidente da Associação dos Vereadores do Estado do Paraná eu participei da reunião, de diversas reuniões da Câmara de Cianorte, ouvi e presenciei o sofrimento que Vossa Excelência tinha quando o prefeito de então da Arena e o deputado que tinha um mando político Ovídio Frazoni também da Arena, sei que muitos acontecimentos em Cianorte o prefeito convidava as autoridades presentes e Vossa Excelência era discriminado desses jantares, e quando acompanhava o ex-Secretário de Saúde Arnaldo Busato Vossa Excelência já protestava pela discriminação, pelo fato de ser do MDB e que não era convidado a sentar à mesa das autoridades.

Sem dúvida alguma, eu que conheço muito bem o seu passado, estou certo de que Vossa Excelência tem sofrido muito pelo seu desligamento do partido que ajudou a fundar e a fazer crescer e, com isto, trazendo a liberdade ao povo brasileiro, que foi o MDB.

Mas acredito eu que nenhum de nós pode pensar em grandes empreendimentos se não tivermos a capacidade de sofrimento. Nós vamos sofrer; mas vamos sofrer pelo Paraná com Álvaro Dias comandando a política a nível de Brasil.

Muito obrigado!

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Eu agradeço a interferência do meu líder. Realmente Vossa Excelência levanta um quadro do que vivemos durante a nossa luta do PMDB ao

extinto MDB, quando enfrentávamos a resistência dos homens responsáveis pelo mando político da Arena em Cianorte.

É verdade que não somos masoquistas. Não gostamos de sofrer. Mas é verdade que gostamos de lutar sem os privilégios, sem buscar os interesses pessoais acima de tudo. É verdade que gostamos de lutar pelo amor que temos pela vida pública. E assim fizemos dentro do PMDB. Tivemos dentro do PMDB uma postura de trabalho resistindo a todas as dificuldades, a todas as perseguições que tínhamos pela frente, para desmoralizar muitas e muitas vezes o nome da família Manfrinato em Cianorte que a tudo resistia para manter acesa a chama do PMDB e nós éramos perseguidos, inclusive, pelo poder de polícia prejudicando a nossa imagem, tentando prejudicar o nosso nome.

Mas, felizmente, nunca conseguiram, porque resistimos a tudo. Nunca conseguimos os objetivos porque nós resistimos a tudo. E se vou para o PST e se estou no PST, estou consciente de que começaremos uma nova luta, nós estamos abrindo agora um novo caminho para o Brasil e a partir do momento de que nós tivemos esse chamamento deste líder Álvaro Dias, nós temos certeza, que haverá muitos espinhos pela frente, mas o nosso líder é suficientemente inteligente para fazer com que nós passemos por todos esses espinhos e num futuro maior teremos também muitos e muitos outros companheiros conosco nesse partido.

Concedo o aparte a Vossa Excelência.

O Sr. Luiz Carlos Martins - Deputado Dirceu Manfrinato, hoje com certeza, mais do que ontem, o PST, o Partido Social Trabalhista, não poderia se furtar da sua história, história de honradez, história de firmeza, história de dignidade. A sua presença no partido social trabalhista, com certeza vem engrandecer a todos nós e a manter viva, a chama da democracia, a chama da esperança, a chama da solidariedade, a chama da fraternidade, chama da união, a sua presença no partido social trabalhista, tenho certeza, vai ser grandiosa para todos nós, para o Paraná e para o Brasil.

Vossa Excelência vai continuar combatendo aquilo que não é bom, tudo aquilo que não presta e vai ajudar a exterminar ou pelo menos, a diminuir as ervas daninhas, espalhadas por esse país. Parabéns Deputado Dirceu Manfrinato.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Muito obrigado. Eu quero reafirmar aos companheiros do PMDB, e de outros partidos que tem assento nesta Casa de que o nosso desejo dentro do PST, é o desejo de todos nós, é o compro-

misso que temos com a população do nosso Estado, é o compromisso que temos com os eleitores do nosso Estado e principalmente os eleitores que representamos. Todos nós sabemos que há um desgaste muito grande hoje, com relação aos homens públicos, nós sabemos que há o desgaste, mas eu não interpreto por esta forma o desgaste.

Em todas as profissões existem os bons e existem os maus. A população precisa entender principalmente no Paraná, que não é o Deputado Dirceu Manfrinato que afirma isso. Mas são documentos através de pesquisas que foram efetuadas a nível de Brasil, nas Assembleias Legislativas do Estado.

O Paraná hoje se consagra em primeiro lugar, em comportamento entre a Assembleia Legislativa do Estado. Isso nós devemos evidentemente somar este mérito a comissão executiva ao Presidente Anibal Khury, e aos Senhores Deputados que compõem este parlamento.

Mas temos que mostrar aos nossos eleitores, ao nosso Estado, que se há desgastes não somos responsáveis, porque estamos trabalhando e cumprindo a nossa função como parlamentar. Concedo o aparte ao vice-líder do PST, Deputado João Preis.

O Sr. João Preis - Companheiro Manfrinato, desde 1982 nós participamos do glorioso PMDB, inclusive fazendo parte da Executiva, ajudando as lideranças, ajudando prefeitos, vereadores e tivemos oportunidade também de servir ao Governo Said Ferreira como Secretário de Indústria e Comércio, durante cinco anos e meio, em 1988, nós fomos candidato a Prefeitura municipal de Maringá, e em 1990 candidato a Assembleia Legislativa do Paraná não fomos felizes nas duas ocasiões. Apesar de 30 mil votos, perdemos a Prefeitura para o Prefeito Ricardo Barros.

A nossa posição, nossa saída deste partido, do PMDB, que respeitamos muito, apesar de não convivermos e não endossarmos as lideranças a nível nacional, a sua Executiva; nós também tínhamos problemas a nível regional, aliados à grande liderança de S.Exa. o ex-Governador Álvaro Dias, que é da nossa cidade, de Maringá.

Mas, aqui eu queria dizer a V.Exa. o motivo mais forte da minha decisão de ir para o PST, foi na verdade o convite deste grande companheiro, Dirceu Manfrinato. Queria dar um testemunho a todos os companheiros o quanto é importante termos amigos como V.Exa. A primeira vez que eu o encontrei na Secretaria de Desenvolvimento Urbano, quando na época era Secretário Paulo Roberto Pereira de Souza, quando V.Exa. me foi apresentado, o senhor me disse: "você é o cidadão mais injustiçado deste país, em virtude do grande trabalho

que você desenvolveu em Maringá, como secretário, como candidato a prefeito e eu coloco o meu mandato por seis meses à sua disposição, para você poder ir à Maringá resgatar o seu nome."

Na semana passada eu tive a oportunidade de fazer um pronunciamento aqui nesta Assembleia, quando a Justiça Eleitoral de Maringá, do Paraná, resgatou meu nome, condenando meus agressores. Mas, esta justiça você já quis fazer quando você me foi apresentado. Foi uma das razões fortes, de estar ao lado de um companheiro como você, Deputado Manfrinato, e demais companheiros, sob liderança do Deputado Cartário, Luiz Carlos Martins, Nilton Barbosa, Neivo Beraldin, Ritti e do Lino, o grande companheiro.

Eu fiz questão de enviar um ofício ao líder do PMDB e ao líder do governo, aos quais eu fiz questão de frisar que eu seguirei a orientação da minha liderança e da liderança do governo, porque o meu propósito em apoiar o Governo Requião em nada mudou. Porque eu vejo grandes mudanças, ainda a serem feitas nos próximos anos. Agradeço muito a V.Exa. por esta oportunidade, de poder me manifestar. Muito obrigado!

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Deputado Preis, confesso que me sinto emocionado neste momento. Quando V.Exa. confessa que nós nos encontramos e realmente eu fiz esta proposta a V.Exa. E o fiz por várias razões. Primeiro...

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) O Deputado Manfrinato poderá falar já no Horário da Liderança do seu Partido.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Eu pediria a V.Exa. mais dois minutos.

O nosso líder, hoje, vai estreitar a Tribuna como Líder, e eu pediria dois minutos, para encerrar.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) - Tem dois minutos, tranquilamente.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Muito obrigado.

Primeiro pela sua integridade pessoal. V.Exa. é o exemplo, no Paraná, de homem público, é um exemplo, no Paraná em administração, tanto é que V.Exa. demonstrou na cidade de Maringá.

As injustiças que cometeram contra V.Exa. nada melhor do que o tempo, ilustre Deputado João Preis, o tempo é o melhor remédio, e hoje V.Exa., se já era um líder em Maringá passou a ser muito mais do que um líder porque a população viu a realidade dos fatos!

E V.Exa. se encontrou numa situação de homem sério, íntegro, que não podia perder

duas eleições, por que não merecia perder as eleições. Nós sabemos as razões porque V. Exa. perdeu. E gostaria de lhe afirmar de que passei por estes dois episódios, quando disputei em 1978 a Assembleia Legislativa do Estado não chegamos aqui apenas por 900 votos, perdemos as eleições e acima de tudo passamos as piores situações e privações financeiras, mas mesmo assim não nos curvamos e lutamos até chegarmos aqui.

Disputamos as eleições em 88, em Cianorte, aonde sou muito grato, o povo de Cianorte nos deu 10.000 votos, e não foram 10.000 votos subornados ao peso do ouro e ao peso do dinheiro! Nós tivemos 10.000 votos conscientes, não tivemos a indignidade de comprar qualquer consciência de qualquer eleitor. Eu senti na pele o que V. Exa. estava sentindo! E hoje eu fico feliz em saber que V. Exa. veio para esta Casa e vai continuar quanto tempo quiser, pela sua postura e pelo seu comportamento.

E ao encerrar eu quero, neste momento agradecer todos os Deputados desta Casa, em especial a bancada do PMDB e a minha bancada do PST, pois estaremos somando juntos com os mesmos ideais e os mesmos princípios.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) - Anunciamos a visita do Sr. Jaiyeola Joseph Lewu, Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário da República Federal da Nigéria, acompanhado do Sr. Tanko Abubakar Suleiman, 1º Secretário da Embaixada e do Sr. Dominic Okolo, Adido Financeiro da Embaixada.

Suspendo a sessão por alguns minutos para que os Srs. Deputados possam cumprir suas Exas.

Está reaberta a sessão.

Pedimos ao Sr. Deputado Rafael Greca de Macedo, que faça a saudação aos ilustres visitantes.

O SR. RAFAEL GRECA DE MACEDO - Sr. Embaixador Plenipotenciário da República da Nigéria Jaiyeola Joseph Lewu e Srs. membros da comitiva. Honra-se este parlamento com a presença do Embaixador, dos nossos irmãos do vizinho continente Africano que a um tempo no primeiro momento da criação, ainda antes de se fazerem os mares, pela própria configuração geológica - isso se prova, esteve unido num abraço que revoga o oceano com esta América do Sul.

Nós os acolhemos nesse parlamento paranaense, voltados, sobremaneira, para a cooperação entre os nossos povos, porque muito interessa à diplomacia brasileira ouvir as vozes da África e seus anseios de liberdade, que, de uma certa forma estreitaram os laços comerciais entre os nossos

mercados latinoamericano e os mercados africano.

A Nigéria constrói uma nova capital a exemplo do que já fez o Brasil. Deixa a venerável e antiga cidade de Lagos para se instalar na cidade de Abuja. O inglês é a língua oficial, mas lá, também, se ouve o iorubá, o ibo, o ebo e mais de 250 línguas e dialetos. No entanto, esse momento histórico tão especial que vive o mundo, com a abertura das nações do norte em relação ao leste Europeu, pede que nós prestemos maior atenção nas nações do dito 3º mundo. É muito importante que o que conclama o hino nacional nigeriano, que tem por título: LEVANTE-SE COMPANHEIRO, seja endossado pelos nossos povos. Tanto pelos povos brasileiros e latinoamericanos como pelos povos da África.

Assim, Sr. Embaixador, em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, nós o acolhemos. Seja bem-vindo ao Paraná. A esta cidade que é a capital ecológica deste país, vamos estreitar os nossos laços de cooperação e amizade e vamos reforçar as lições que o Brasil, desde o primeiro momento da sua história aprendeu a ouvir, através das vozes da África: Lições de trabalho, lições de solidariedade humana, lições de coração compassivo que a raça negra carrega por própria injunção da mão generosa de Deus.

Seja bem-vindo a este parlamento.

O SR. EMBAIXADOR JAIYEOLA JOSEPH LEWU - (Com tradução simultânea)

Sr. Presidente, meus irmãos, minhas irmãs. Gostaria de agradecer as palavras do Deputado e a calorosa acolhida com que fui brindado nesta Casa.

Pego desculpas por vir incomodá-los no trabalho, mas o fato de terem interrompido os trabalhos para me receber mostra o quanto cordial são as relações do Brasil com a Nigéria.

É verdade que temos algumas coisas em comum, particularmente as quatro milhões de pessoas que vieram da África para construir o Brasil.

Acreditamos que o Brasil é a parte da África e a África é parte do Brasil. Então em seus trabalhos não esqueçam, por favor, das relações da África com o Brasil e, principalmente, não esqueçam dos menos afortunados que devem receber a educação, para que possam fortalecer as relações da África com o Brasil.

Durante o meu período aqui no Brasil vou fazer o possível para melhorar as relações da Nigéria com o Brasil, apesar do oceano Atlântico estar nos separando. Devemos usar este mesmo oceano para aprofundar nossos laços.

Gostaria de agradecer a todos vocês pela bela cidade que vocês têm, ao prefei-

to e ao governador do Estado por terem-na transformado na capital ecológica. Também o Estado do Paraná é um estado ecológico para o Brasil.

Nos últimos dias estive aqui em visita a algumas entidades, para ver da possibilidade de cooperação da Nigéria com o Brasil nas áreas de agricultura, educação, tecnologia. Também no ano que vem haverá eleições em nosso país, e para ver também na área parlamentar possibilidades de cooperação.

Gostaria de convidar todos vocês para que quando forem a Brasília se dirijam à Embaixada, à Casa da Nigéria e, se possível poderão experimentar uma comida nigeriana já que todos aqui têm sangue Africano como foi dito também.

Em meu nome e em nome dos meus colegas gostaria de agradecer a acolhida e espero que quando forem à Nigéria sejam, também, tão bem recebidos como fui aqui.

Obrigado!

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) - Nossos agradecimentos, Sr. Embaixador por essa sua vinda e temos a certeza que a partir de uma visita como esta os nossos laços se estreitarão cada vez mais.

Passemos ao Horário das Lideranças:

PL. Com a palavra.

Declina.

PFL com a palavra.

Declina.

PDT com a palavra.

Deputado Rafael Greca com a palavra.

O SR. RAFAEL GRECA - Sr. Presidente, Srs.

Deputados o Palácio do Governo viveu hoje histórico acordo entre o Governo do Estado e a Prefeitura de Curitiba sobre a dívida da Cidade Industrial de Curitiba. A vontade política fez aquilo que a mesquinha de outros governantes postergou por tantos anos, um acordo que havia sido celebrado por esta mesma Assembléia no sentido de se viabilizar a implantação do distrito industrial da capital que com suas quase quatrocentas indústrias dá emprego direto e indireto a cerca de duzentas mil pessoas. O momento de justiça que nós vivemos hoje no recinto do Palácio do Governo onde o bem comum foi mote de diálogo verdadeiramente republicano entre o Governador Roberto Requião e o Prefeito Jaime Lerner pode ser prolongado, com inteligência, a partir do momento que o Governo do Estado promova a imediata reabertura do Badep, fechado por miopia mesquinha da parte do antigo governante.

Nós propomos que o governo do Estado a partir do levantamento da dívida da CIC onde o governo assumiu 60% e a Prefeitura 40% imediatamente faça semelhante acordo para realizar a liquidação da dívida da

Companhia de Desenvolvimento de Londrina, da CODEL, que é de vinte e sete milhões de dólares. Assim o Badep passará a ter patrimônio líquido positivo e isso tornará insubsistente a liquidação extrajudicial. A liquidação poderá ser suspensa imediatamente. O Badep pode voltar a operar normalmente que é o que propomos nós neste momento ao Sr. Governador Requião de Mello e Silva, ou então pode optar por uma liquidação convertida em liquidação ordinária na qual o governo do Estado como grande acionista do Badep assume a responsabilidade pelas dívidas. Neste sentido o governo na qualidade de sócio majoritário do Badep imediatamente transferiria a carteira de crédito normais do Badep para o Banestado e o Banestado estaria em condições de refazer os repasses do Badep e ficariam na carteira do Badep os créditos de curso anormal desde as inadimplências estruturais tipo o Grupo Atala, aqueles que renovam o compromisso da dívida sem o pagamento efetivo e manter-se-ia a liquidação até a solução final.

Mas sobre esse proceder pesaria a obrigação de resolução dos créditos trabalhistas, os funcionários do Badep são credores privilegiados do Banco numa disputa judiciária já diversas vezes de ganho dos funcionários na justiça na ordem de seis bilhões de cruzeiros. A melhor solução me parece é reabrir o Badep e chamar os técnicos que são a elite pensante deste Estado de volta, acordar com os funcionários para que se diminuam as exigências deles na justiça, e para que se cancele a obrigação de um salário a mais a cada funcionário por ano de serviço se não forem aproveitados em outra atividade.

Reabrir o Badep é solução inteligente e criativa para enfrentar a crise que se desenha no país para nós deixarmos de agir como denunciava o Governo Requião falando do Collor à maneira boliviana deixando a economia acontecer por si só sem que o governo aja promovendo o bem comum.

É muito importante que as condenações do Governador Requião feitas à imprensa essa manhã ao Governo Collor não pesem sobre sua cabeça para que ele não se transforme em réu de condenação a semelhança do Governador Álvaro Dias porque o prejuízo do BNDES, do dinheiro que o BNDES não repassou ao Paraná nesses oito meses é da ordem de 35 milhões de dólares por mês, vezes oito meses, duzentos e oitenta milhões de dólares até agora, vezes o mil cruzeiros de cada dólar, a se cotar pelo mercado financeiro paralelo da loucura do dia de ontem, são duzentos e oitenta bilhões de cruzeiros que a economia do Paraná deixou de conhecer, sem falar em quarenta bilhões de cruzeiros do caixa do BADEP que, durante todos esses meses, fi-

cou recebendo dos mutuários e não pagou ninguém.

Parabéns Deputado!

Proponho a injeção imediata para nós venceremos a crise, para que o Governador Requião se cure da sua angústia, para que ele não nos receba com palavras de desalento como nos recebeu esta manhã, cansado, sobrecarregado, com o fardo pesado de uma sociedade faminta sobre suas costas; a injeção imediata desses trezentos e vinte bilhões de cruzeiros na economia do Paraná, seja em projetos de citricultura, seja em projetos de fiação de seda, seja em projetos de ampliação a fiação de algodão, de fábricas de papel e celulose, não necessariamente as do Senador José Eduardo Vieira, mas aquelas ligadas a cooperativas do Governador do Estado.

O Banco Central está na iminência de suspender a liquidação do BADEP. Cabe, agora, aos nossos Governantes agirem no sentido de buscar aquilo que é amplo, que é generoso, que é luminoso, aquilo que serve a todos, porque hoje o acordo assinado entre o Governador e o Prefeito de Curitiba beneficia o Estado inteiro; beneficia o Paraná todo, saneia o sistema financeiro do Estado!

O SR. NELSON JUSTUS - Vossa Excelência me concede um aparte?

(Assentimento)

Eu quero cumprimentá-lo nesse instante e ainda estão muito vivas em minha memória as palavras do Deputado Dirceu Manfrinato que há pouco disse que este Parlamento ocupa a posição que ocupa, porque aqui os seus Deputados fazem por merecer a confiança e, efetivamente, fazem alguma coisa em nome do nosso Estado. Não esqueço também que Vossa Excelência, num pronunciamento há alguns meses atrás, disse que a história julgaria aqueles que estavam colocando a pã de cal em cima do BADEP. Ora, nós sabemos que esse é um fato meramente político e negro para nossa história, mas todos os acontecimentos políticos podem, a qualquer instante, ser modificados.

Eu parabenizo e felicito toda esta casa pelas notícias que Vossa Excelência nos traz e da possibilidade que temos de consertar o que parecia irremediável, que é, exatamente, o desenvolvimento no momento em que nós sentimos que o ditado que "em casa que não tem pão todo mundo grita e ninguém tem razão", é exatamente nesta hora que temos gritar em favor do nosso Estado.

Parabenizo-o e me solidarizo com Vossa Excelência, e coloco todo o meu tempo possível para que resgatemos e consigamos ainda ressuscitar das cinzas o Banco de Desenvolvimento do Estado, que é exatamente o próprio que demonstra e que espelha o desenvolvimento do nosso próprio Estado.

O SR. RAFAEL GRECA - Eu desafio todos os Jornalistas presentes nesta Assembleia e colocarem a sua pena lúcida, se é que ela é movida pela lucidez, a serviço do desenvolvimento do Paraná na campanha pela reabertura do BADEP. O Dr. Brizola está reabrindo o BDRIO porque sentiu que o Rio de Janeiro precisava de um organismo de fomento. No BANERJ ficou provado, como me dizia o presidente do BANERJ agora há pouco por telefone, que uma carteira de desenvolvimento não se adapta à filosofia de lucro de negócios imediato, de lucros com prazos reduzidos própria de um banco comercial.

Nós precisamos de um Banco de Fomento a longo prazo, capaz de enfrentar alguns riscos, mas capaz de induzir a função estratégica do Estado que é a de salvar a sociedade, sob pena do nosso Paraná, tão próspero, se transformar numa república africana, talvez pior do que a pobre Nigéria cujo Embaixador agora há pouco nos visitou.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Heinz Herwig) - Ainda no Horário das Lideranças.

PSDB - Com a palavra, o Deputado Nelson Justus.

O SR. NELSON JUSTUS - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ninguém ignora a grave situação em que vive o nosso País e que todos nós paranaenses estamos vivendo, como de resto, não poderia ser diferente a situação em que encontra os nossos municípios.

Os recursos, tanto diretos como indiretos, estão cada vez mais escassos. Escassos e insuficientes, fruto da própria recessão que vive o nosso País, à beira da hiperinflação, se é que nela já não entramos. Na luta para sobrevivência, os Prefeitos vivem uma "via crucis" de viagens, tanto para Brasília como para Curitiba, a fim de mendigar recursos que deveriam receber naturalmente. Esta é a luta dos nossos Prefeitos. E aqui mesmo, nesta Plenária nós temos um grande número de ex-Prefeitos e oxalá de futuros Prefeitos, no entanto, esta luta continua, ela não para e não irá parar, enquanto a nossa situação político econômica não mudar.

A forte recessão, acompanhada de uma inflação descabida, diminui cada vez mais o bolo tributário e os problemas dos municípios ficam cada vez mais graves, com os desempregados, com os doentes, com os famintos que vão buscar nos municípios algum meio para sua sobrevivência.

É um quadro difícil, Srs. Deputados e de difícil solução.

Quando nós deveríamos aumentar a nossa renda, ela diminui, pois a queda de volume nos negócios e a produção é cada vez mais acentuada. É preciso que o país retome o seu crescimento para que haja mais recursos, porém isto não nos parece tão imediato com a política recessiva do governo e aí o governo se encontra face a face, cara a cara com um dilema, se de um lado, a política recessiva diminui a produção, do outro lado, se não mantiver a política de juros altos, poderá vir uma avalanche de inflação a qual não se poderá mais conter.

Em resumo, Srs. Deputados, este é o quadro do nosso País, que afeta diretamente e primeiramente os nossos municípios.

Desta forma, tanto o Governo Estadual, como Governos Municipais trabalham com dificuldades, com mínimos recursos, tapando buracos e com receio dos dias futuros, onde as dificuldades parecem crescentes.

Não é uma análise pessimista, pois eu não sou pessimista; é um diagnóstico real, evidente, ao qual os nossos legisladores e nós não podemos fazer vistas grossas.

Repito, não é pessimismo. Para poderemos olhar as estrelas, temos que levantar nossos olhos. Por outro lado, se não soubermos olhar para baixo correremos o risco de cair no abismo e a conta, ela virá. Mais dia, menos dia, ela virá se nós não pensarmos com firmeza hoje, partindo em direção de um amanhã e é exatamente sobre hoje que, Senhores Deputados, eu lhes falo, sobre hoje. Eu estou apresentando no dia de hoje um projeto que dispõe sobre a criação e a incorporação de municípios no Estado do Paraná e eu vou procurar ser o mais rápido e o mais claro possível. Primeiro - em hipótese alguma, eu sou contra a criação de novos municípios. Nós somos favoráveis à criação de novos municípios no Paraná, desde que os mesmos possam, desde o seu início, oferecer a seus municípios condições mínimas para uma vida digna e compatível. Segundo - os novos municípios devem ter a sua planificação, caso contrário o que acontecerá, será o surgimento de uma nova unidade sem meios, sem estrutura, totalmente dependente do Estado e da União. Sabemos que a autonomia é um desejo natural de cada um, mas sem meios, sem condições, esta autonomia é falsa, ela não funciona e nós, nós legisladores, temos a responsabilidade de pensar profundamente sobre este assunto e não somente nós, mas também as populações e principalmente as populações que se preparam para votar em benefício de sua autonomia. A elas também cabe uma parte muito importante da sua responsabilidade. O Paraná é um Estado que possui as suas próprias características. Se a criação de novos municípios é boa para o Amazonas, para o Mato Grosso, para Rondônia, para Tocantins,

etc., essas idéias talvez não se apliquem ao Paraná. Aqui, aqui nós precisamos, antes de criar novos municípios, fortalecer os já existentes para que eles possam criar distritos fortes, que possam ter um dia condições de adquirir o status de municípios.

Dividir pobreza gera fatalmente mais pobreza e mais problemas e se isto acontecer não teremos municípios fortes e sim estruturas mais pobres com total dependência do Estado e de Brasília.

Será um verdadeiro desserviço ao municipalismo. Confio, Senhores Deputados, na clarividência de raciocínio de Vossas Excelências. Confio no interesse público dos Senhores que estará muito acima do interesse eleitoral. Confio no espírito patriótico e paranista dos meus nobres Pares e os convido à apreciação e ao apoio deste projeto de lei que busca, antes e acima de tudo o bem-estar da nossa geração, planejando assim um futuro que proporcione qualidade de vida para as gerações vindouras.

Senhores Deputados, eu tomei a liberdade de encaminhar hoje ao Gabinete de Vossas Excelências uma cópia deste meu anteprojeto para que nós possamos aqui nesta Plenária e em reuniões permanentes, discutirmos este polêmico assunto para que nós possamos, por vez, não obstruir a criação de municípios, mas regulamentar definitivamente, para que este processo não venha mais tarde, criar problemas a nós e aos municípios e também ao nosso Estado.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) - Com a palavra, a Liderança do PMDB.
Declina.

PTB.

Está com a palavra o Senhor Deputado Mário Bezerra.

O SR. MÁRIO BEZERRA - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Mês passado, o Deputado João Preis usou da tribuna para registrar a condenação de um concorrente seu em Maringá, por crime eleitoral.

Eu aplaudo a decisão da Justiça, em Maringá, mas, infelizmente as malhas da lei, condenam por crime eleitoral os pequenos peixes. E os grandes peixes?

Senhor Presidente, Senhores Deputados, infelizmente as malhas da lei não alcançam os responsáveis pela fraude eleitoral do ano passado.

Tramita pela Justiça, abriu-se inquérito. A polícia federal acusou que foi fraude, que foi invenção, que foi trama do Palácio Iguaçu, no ano passado, o caso "Ferreirinha".

Será que a Justiça alcança como alcançou em Maringá, aqueles responsáveis pela fraude eleitoral do ano passado?

Seria louvável que a Justiça fizesse justiça e não buscasse os pequenos peixes e deixasse os tubarões a devorar os pequenos.

Senhor Presidente, eu fiquei pasmo ontem ao assistir à TV Educativa, por volta de 11h30m da noite, e quando via a história do "Ferreirinha", na televisão do povo do Paraná, a TV Educativa, um verdadeiro atentado ao bom senso, um atentado à boa fé do povo paranaense e às denúncias que essa Assembléia tem feito.

O Governo do Estado do Paraná se utiliza da TV Educativa para trazer matéria política do ano passado. Isso é um absurdo, Senhor Presidente, um verdadeiro arrepio à lei.

Onde é que fica a legislação eleitoral desse Paraná que fecha e encerra os olhos para esses que se acham os donos desse Estado?

Senhor Presidente, Senhores Deputados, o Decreto-Lei nº 839 do ex-Governador Álvaro Dias, aprova o Estatuto da Fundação Rádio-Televisão do Paraná e eu tenho a satisfação de fazer leitura de pequenos trechos:

"A Rádio Estadual do Paraná, unidade administrativa da estrutura organizacional da Secretaria de Estado da Comunicação Social, passa a integrar o âmbito de atuação da Fundação Rádio-Televisão do Paraná".

"Fica alterada a denominação do cargo de Diretor da Rádio Estadual do Paraná", símbolo DAS-5 etc...

"A Fundação Rádio e Televisão do Paraná deverá ter o seu orçamento próprio aprovado por decreto do Chefe do Poder Executivo, "ad referendum" da Assembléia que foi feito".

"Esse decreto entrará em vigor na data da sua publicação".

Ainda temos aqui em anexo, o Estatuto da Fundação Rádio e Televisão do Estado do Paraná.

"A Fundação Rádio e Televisão do Paraná, constituída nos termos da Lei Estadual nº 8485, de 3 de junho de 1987, com sede e foro na capital do Estado, entidade da administração Indireta do Governo do Estado, vinculada à Secretaria de Estado da Comunicação Social, com personalidade jurídica de direito privado, autonomia administrativa e financeira, e se rege pelo presente Estatuto, pela legislação aplicável".

Senhor Presidente, Senhores Deputados, o Artigo 5º diz o seguinte:

"Não poderá a Fundação utilizar-se sob qualquer forma da Rádio e Televisão Educativa, para fins políticos, partidários, para difusão de idéias que incentivem pre-

conceitos à raça, classe ou religião, filosofias ou ideais ou para finalidades comerciais".

No decreto que concedeu essa Televisão ao Paraná, na sua letra "O", item 3, diz o seguinte: "Não alterar em qualquer tempo os seus Estatutos..."

Não se altera no papel, mas na prática é um atentado, Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Eu requero hoje para que a Fundação Rádio e Televisão remeta a esta Assembléia, através deste Deputado, a fita que está sendo veiculada. É reincidência, não é a primeira vez.

Já recebi denúncias de outras pessoas. "Mário, assista a TV Educativa, ela está sendo utilizada. Estão avacalhando com a mesma no Paraná. Deseduca, não educa".

Solicitamos a remessa da fita para esta Assembléia para que nós possamos tomar as providências. E eu apelo ao bom senso dos Senhores Deputados para que nós não deixemos que a TV Educativa sirva de avacalhado para a família paranaense.

O Ferreirinha dando depoimentos na TV Educativa, Senhor Presidente, quando a Polícia Federal diz que este homem foi pago para exercer esta função na época da eleição. E que, segundo o Jornal "Indústria & Comércio", publicado há dias passados, denuncia que o Ferreirinha foi assassinado na Bolívia.

Ora, Senhor Presidente, que atentado à moral paranaense. Veicular por mais de meia hora um filme que denuncia a família Martinez, se utilizando da Televisão para fazer política partidária. A troca do que? O Senhor Requião que compre um canal de televisão para ele e avacalhe com o Martinez: mas não se utilize da TV Educativa, que é uma concessão do Governo Federal para o Governo do Estado e que, por consequente, pertence ao povo do Paraná.

Esta avacalhado não pode persistir. É hora de dar um basta e chamar à responsabilidade, os homens que administram esta Televisão.

E eu indago aqui, Senhor Presidente, do Conselho de Programação da TV Educativa, lá nós temos um representante da Secretaria de Estado da Educação, um representante da Secretaria de Estado da Cultura, um representante da Secretaria de Estado da Comunicação Social, um representante do Secretário Especial de Ensino Superior, Ciência e Tecnologia, um cidadão de reconhecida proeminência nos meios culturais, educacionais e artísticos da comunidade; um representante de estabelecimentos de ensino superior da Região Metropolitana de Curitiba; um representante do Secretário Especial de Esportes.

Ora, Senhor Presidente, acho que nenhum desses membros sabem disso, a não ser

que somente o dirigente é que se locupleta com o Palácio Iguaçu para avacalhar com a programação da TV Educativa.

É necessário que esta Casa se levante para fiscalizar mais esta palhçada do Governo Requião, que, ao arrepio da Lei, se utiliza da referida Televisão, do povo do Paraná, para trazer o caso Ferreirinha, condenado pela Polícia Federal e cujo inquérito tramita na Justiça Federal.

Onde é que nós estamos? É necessário que aquela mesma justiça que buscou a condenação por crime eleitoral lá em Maringá, e que foi aqui citada pelo Deputado João Preis, busque os verdadeiros responsáveis que estão no Palácio Iguaçu e que avacalham com a TV Educativa no Estado do Paraná.

Era o que tinha a relatar e peço aos Senhores Deputados que aprovem o meu Requerimento, porque, a partir da fita, nós vamos chamar à responsabilidade, àqueles que devem.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) - Partido Independente.
Declina.
PSD.

O SR. DOUTOR ROSINHA (Pela Ordem) - Senhor Presidente, gostaria de consultar a Mesa, se já obteve a resposta daquele requerimento que formulei ontem a respeito do Conselho Estadual de Saúde.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) - A Mesa informa a Vossa Excelência que já decidiu e vai ler a decisão.
(Lê):

Indicação:

COMISSÃO EXECUTIVA INDICAÇÃO

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas prerrogativas constitucionais, e tendo em vista o disposto no Art. 54, item XXX, da Constituição Estadual, vem propor, nos termos do Art. 128 e seus parágrafos, do Regimento Interno desta Casa, Indicação à Comissão de Constituição e Justiça, nos seguintes termos:

DOS PRINCÍPIOS:

Considerando que a separação, independência e relacionamento harmônico entre os Poderes do Estado, são princípios básicos que devem ser respeitados, para a consolidação do Estado de Direito, pelo qual o povo brasileiro tem ido aos maiores sacrifícios, ao longo de sua História;

Considerando, que o predomínio de um Poder sobre os demais nos levaria de volta aos tempos de obscurantismo, contra o qual o povo brasileiro tem se manifestado de

forma tão clara e com tanta veemência;

Considerando que, essa Assembleia Legislativa, jamais se furtou de prestar a sua pronta colaboração às iniciativas do Poder Executivo, recebendo, apreciando e votando, com a maior presteza as Mensagens do Executivo que são encaminhadas à sua apreciação;

Considerando que, no exato momento em que um dos Poderes constituídos tenta usurpar prerrogativas constitucionais de outro, ao arrepio do disposto na Lei Maior, instala-se o "Estado de Fato", em detrimento do "Estado de Direito".

É de Montesquieu que nos vem o texto esclarecedor ("De l'esprit des lois", Montesquieu, XI, capítulo 4).

"para que não se possa abusar do poder, é necessário que, por disposição das coisas, o poder detenha o poder".

E, em outra passagem:

"Não há liberdade quando, na mesma pessoa, o Poder Legislativo está reunido ao Executivo".

DOS FATOS:

O Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, dia 09 de setembro de 1991, assinou o Decreto n° 703, publicado no Diário Oficial do Estado dois dias depois, pretendendo, desta forma, atender o disposto no item III, do Art. 169, da Constituição Estadual, que diz:

"Art. 169 - As ações e os serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema estadual de saúde, organizado de acordo com as seguintes diretrizes:

...

III - integração da comunidade, através da constituição do Conselho Estadual de Saúde, com caráter deliberativo, garantida a participação dos usuários, prestadores de serviços e gestores, na forma da lei".

Diz o mencionado Decreto n° 703, em seu preâmbulo e no Art. 1°:

"O Governador do Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, itens V e VI, da Constituição Estadual e tendo em vista o item III, do art. 169 da mesma carta,

DECRETA:

Art. 1° - Fica instituído o Conselho Estadual de Saúde - CES, órgão colegiado de caráter permanente, deliberativo e fiscal".

Do exame dos dispositivos acima transcritos, surgem, de imediato, as seguintes indagações:

a) Pode o Senhor Governador do Estado, através de Decreto, criar o Conselho Estadual de Saúde, previsto no Art. 169, da

Carta Magna Estadual?

b) Qual a interpretação que se deve dar à expressão "na forma da lei", tão claramente grafada no dispositivo constitucional?

Num exame preliminar, buscamos as opiniões de renomados mestres do direito constitucional.

José Cretella Junior (Comentários à Constituição de 1988, 2ª Edição, 1990, Forense-Universitária, pág. 195), nos diz: "A expressão 'em virtude da lei', equivalente a 'em decorrência de lei', significa a vinculação de todos ao mundo do direito. Somente a lei - dispositivo constitucional ou dispositivo legal - é que pode obrigar a 'fazer' ou a 'deixar de fazer'. O vocábulo 'lei' não abrange os 'atos administrativos', o decreto, o regulamento, a portaria, o aviso, a instrução, a circular. No regime da Constituição de 1946, como, agora, no da de 1988 a lei, só a lei, é ato normativo primário, princípio quebrado em 1967 e em 1969, com o decreto-lei, que se equiparava à lei".

E mais adiante, ao comentar especificamente a expressão (obra citada-tópico 133, pág. 251).

"133 - A Constituição remete para a lei ordinária a garantia da proteção aos locais de culto e as suas liturgias particulares".

Ao mesmo respeito assim se manifesta o Professor Marcelo Caetano, um dos mais eminentes juristas da língua portuguesa e dos mais abalizados mestres europeus do direito público, ao discorrer sobre a Constituição de 1967-69 (Direito Constitucional - 1987, Forense, Vol. II, pág. 29): "Independente desta variedade de acepções, as referências às leis no texto constitucional surgem sob diversas modalidades.

...

...

d) Noutros casos, a Constituição firma o princípio, deixando à lei os cuidados da regulamentação do modo de o executar ou do processo a seguir: na forma que a lei determinar, na forma que a lei estabelecer, na forma da lei.

DO PEDIDO:

Nestas condições, considerando, por último, as disposições contidas nos seguintes dispositivos constitucionais:

Art. 12, inciso I e II, e Art. 54, inciso XXVII, se vê esta Presidência na contingência de propor a presente INDICAÇÃO, para que nos termos do Art. 128 e seus parágrafos do Regimento Interno, a Comissão de Constituição e Justiça se manifeste.

Palácio "DEZENOVE DE DEZEMBRO", em

30.10.91.

(a) ANIBAL KHURY
Presidente

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está encerrada a Hora do Expediente.
Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 47 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, Ofício n° 001/91, subscrito pelos Senhores Deputados Geraldo Cartário, Dirceu Manfrinato, Edison Silva Lino e demais Senhores Deputados, constante do expediente, indicando o nome dos Senhores Deputados que irão compor a bancada do PST nesta Casa de Leis. - A Diretoria Legislativa, para anotar.

Ofício n° 105/91, subscrito pelo Senhor Deputado João Preis, constante do expediente, comunicando que a partir desta data estará filiado a bancada do PST representando este Poder. - A Diretoria Legislativa, para anotar.

Ofício n° 168/91, subscrito pelo Senhor Deputado Ovídio Constantino, constante do expediente, justificando sua ausência nas sessões ordinárias dos dias 30 e 31 do corrente mês, onde estará participando de um seminário regional sobre produção, comercialização e viabilidade econômica da pequena propriedade rural, no município de Francisco Beltrão. - A Diretoria Legislativa, para anotar.

Expediente subscrito pelo Senhor Deputado Plauto Miró Guimarães, constante do expediente, justificando sua ausência na presente sessão, por motivos partidários e políticos. - A Diretoria Legislativa, para anotar.

Expediente subscrito pela Comissão Executiva, constante do expediente, indicando à Comissão de Constituição e Justiça no seguinte expediente. - A C.C.J., para opinar.

Projeto de Lei do Deputado Lourenço Fregonese, denomina Rodovia Estadual 412, necessitando de apoio.

Não se encontrando o Deputado Lourenço Fregonese, transfiro para amanhã o apoio.

Projeto de Lei Complementar de autoria do Senhor Deputado Nelson Justus, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado.

O Projeto, inicialmente, irá à Comissão Executiva, porque há dispositivos que revogam artigos do Regimento Interno. Após, irá à Comissão de Justiça.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado João Preis, constante do expediente. Necessita de apoio. - Apoiado. A Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n°

420/91, de autoria do Deputado EDSON SILVA LINO, declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, com sede e foro no município de Borrazópolis. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 117, de 18.09.91).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 420/91

P A R E C E R:

De autoria do nobre Deputado EDSON SILVA LINO, chega a esta Comissão o Projeto de Lei em epígrafe que visa declarar de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE, com sede e foro no município de Borrazópolis.

O Projeto está elaborado em conformidade com as disposições regimentais desta Casa de Leis, estando devidamente justificado.

Da mesma forma atende as especificações contidas na Lei n° 6.995 que dispõe sobre as normas para Declaração de Utilidade Pública.

Assim, por não apresentar nenhum impedimento de ordem regimental e legal, manifestou-me favoravelmente à tramitação do referido Projeto.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 22.10.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

COSTENARO NETO

Relator

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 430/91, de autoria do Deputado TADEU LÚCIO MACHADO, denomina Rodovia Humberto Miguel da Silva a rodovia PR 272 ligando Tomazina a Siqueira Campos. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. e C.O.P.T.C., por unanimidade. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 121, de 24.09.91).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 430/91

P A R E C E R:

AUTOR: - Deputado TADEU LÚCIO MACHADO
SÚMULA: Denomina Rodovia Humberto Miguel da Silva a rodovia PR-272, ligando Tomazina a Siqueira Campos.

O PLANO DE LEI, em exame, pretende seja denominada de Rodovia HUMBERTO MIGUEL DA SILVA, a rodovia PR-272, ligando Tomazina à Siqueira Campos.

A pretensão não encontra nenhum óbice de natureza Constitucional, legal ou regimental.

Assim, somos de parecer FAVORÁVEL à sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 08.10.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

ALCEU SWAROWSKI

Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES
E COMUNICAÇÕES
PROJETO DE LEI N° 430/91

P A R E C E R:

O presente Plano de Lei, de autoria do Deputado Tadeu L. Machado, visa denominar RODOVIA HUMBERTO MIGUEL DA SILVA a rodovia PR-272, ligando Tomazina à Siqueira Campos.

A Comissão de Constituição e Justiça em relação ao aspecto legal e constitucional da matéria deu parecer FAVORÁVEL.

Esta Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações, chamada a opinar sobre o que lhe compete, conforme preceitua o art. 33, § 6º, do Regimento Interno, conclui que a presente proposição é realmente justa homenagem a pessoa do SR. HUMBERTO MIGUEL DA SILVA, já que este em muito contribuiu para o verdadeiro desenvolvimento da cidade de Tomazina e região.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 16.10.91.

(aa) CEZAR SILVESTRI

Presidente

TOTI COLAÇO

Relator

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 464/91, de autoria do Deputado JOSÉ TAVARES, declara de Utilidade Pública a Associação Londrinense de Reabilitação e Promoção Social de portadores de lesões lábio-palatais. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 130, de 09.10.91.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
Protocolo n° 9976/91

PROJETO DE LEI N° 464/91

SÚMULA: Declara de Utilidade Pública a Associação Londrinense de Reabilitação e Promoção Social de Portadores de Lesões Lábio Palatais.

Autor: Deputado José Tavares.

P A R E C E R:

O autor faz juntar farta documentação, que comprova-se de Entidade de fins benéficas, sem visar lucro, com os cargos não remunerados e com existência legal devidamente documentada.

Em função disto, somos de opinião favorável à sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 22.10.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

LUIZ CARLOS MARTINS

Relator

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 466/91, de autoria do Deputado NILTON BAR-

BOSA, declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, do município de Altônia. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. **Aprovado.** (Publ. no D.A. n° 130, de 09.10.91).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 466/91

PARECER:

O Projeto de Lei n° 466/91, de autoria do Nobre Deputado Milton Barbosa, ora sendo examinado por esta Comissão de Constituição e Justiça, tem como objetivo declarar de Utilidade Pública a "Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, do Município de Altônia, com sede e foro naquela localidade.

Constatamos que o Projeto encontra-se devidamente instituído com a documentação exigida pela Lei 6994, de 10 de janeiro de 1978, estando portanto de pleno acordo com a legislação, inexistindo assim qualquer impedimento tanto de ordem legal, regimental ou constitucional, que impeça a sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Além das considerações acima expostas, a justificativa apresentada pelo autor, nos convence plenamente da sua oportunidade, razões pelas quais emitimos o nosso parecer favorável.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 22.10.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

MÁRIO BEZERRA

Relator

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sobre a mesa, requerimento de n° 2900, de autoria do Senhor Deputado Rafael Greca de Macedo, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2897, de autoria do Senhor Deputado José Tavares, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2878, de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de n°s 2891, 2892, 2893, 2894, de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de n°s 2880, 2881, 2884, de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2885, de autoria do Senhor Deputado Alceu Swarowski, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2882, de autoria do

Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2883, de autoria do Senhor Deputado Renato Adur, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2898, de autoria do Senhor Deputado José Tavares, constante do expediente. **Em Discussão.**

O SR. DOUTOR ROSINHA (Pela Ordem) - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimento de n° 2886, de autoria dos Senhores Deputados Ernani Pudell e Doutor Rosinha, constante do expediente. **Em discussão.**

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimento de n° 2899, de autoria do Sr. Deputado Mário Bezerra, constante do expediente. **Aprovado.**

O SR. ORLANDO PESSUTI - ... Eu requeiro verificação de votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) - Srs. Deputados que aprovam o requerimento queiram levantar-se.

Srs. Deputados que rejeitam, queiram levantar-se.

17 Srs. Deputados aprovam, 14 rejeitam. Está APROVADO o requerimento:

Requerimento de n° 2896, de autoria do Sr. Deputado Albino Corazza, com apoio dos Srs. Deputados João Arruda, Mário Bezerra, Alceu Swarowski e Durval Amaral, constante do expediente. **Aprovado.**

A Mesa, pela escassez de verbas, segundo informações do 1° Secretário a Mesa só pode autorizar 3 membros ao invés de cinco e também não pode discriminar os membros que participarão, só os do bloco parlamentar municipalista. O autor é membro nato e a Mesa vai escolher de acordo com as lideranças dois outros membros. **Aprovado.**

Requerimento de n° 2868, de autoria do Sr. Deputado Doutor Rosinha, com apoio dos Srs. Deputados Algaci Túlio e Ovídio Constantino, constante do expediente de sessão anterior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

A Mesa vai designar de acordo com a Economia da Casa três membros, e vai ver as despesas com o 1° Secretário.

Requerimento de nº 2872, de autoria do Sr. Deputado Rossoni, constante do expediente de sessão anterior. Rejeitado.

O SR. ORLANDO PESSUTI - (Pela Ordem) - Sr. Presidente, tendo em vista que diversos Srs. parlamentares se retiraram do plenário após a última verificação de votação, com base no que estabelece o artigo 130, inciso 12, eu requero chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE - (Aníbal Khury) A presença em plenário dos Srs. Deputados é clara e evidente. Em todo caso eu atendo o requerimento de V. Exa.

O SR. ERNANI PUDELL - (Pela Ordem) Sr. Presidente, seria possível V. Exa. colocar em votação ao plenário o requerimento do nobre Deputado Pessuti?

O SR. PRESIDENTE - (Aníbal Khury) A Mesa vai proceder à chamada nominal. A Mesa nunca negou a chamada nominal e não vai fazê-lo nesta ocasião.

O SR. 1º SECRETÁRIO - (João Arruda) Procede a chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) - 38 Senhores Deputados responderam a chamada nominal. Vai se proceder a verificação de votação. Os Senhores Deputados que aprovam o requerimento queiram levantar-se:

18 aprovam.

Os Senhores Deputados que rejeitam queiram levantar-se:

19 rejeitam.

Rejeitado.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) - Rejeitado.

O SR. VALDIR ROSSONI - (Pela Ordem) - Realmente a colocação do Deputado Ernani Pudell se coloca claro neste instante. O meu pedido pede qual foi o gasto, porque corre nos bastidores de que houve um super faturamento da agência organizadora deste evento.

Não sei porque o costume da bancada do governo, talvez seja o vício do Governo Quéricia de se esconder a verdade. Lamento a posição da Bancada do Governo e deixamos aqui o povo do Paraná esperando para saber quanto foi gasto com esta festa.

O DR. ROSINHA - Senhor Presidente, logo após a votação o Deputado Valdir Rossoni fez uma exposição e não chegamos a solicitar verificação de votação. Solicito agora à Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) - A veri-

ficação já havia sido feita, Deputado.

O DR. ROSINHA - Foi feita a chamada nominal, Senhor Presidente, logo em seguida votou-se, o Deputado Valdir Rossoni usou da palavra e solicito a verificação de votação que ninguém solicitou à Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) - A verificação deu 18 a 19 Vossa Excelência quer mais uma verificação de votação?

O DR. ROSINHA - Sim Senhor, queremos.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Pela ordem, Senhor Presidente. Está claro que Vossa Excelência já anunciou o resultado, e até vou reafirmar o que Vossa Excelência anunciou, que foi 19 contra 18 e a matéria já está vencida. Não há razão a solicitação.

O SR. TADEU LÚCIO MACHADO - Senhor Presidente, pela ordem. Vossa Excelência anunciou o resultado da votação. Imediatamente o Deputado Rossoni pediu a palavra pela ordem. Não houve tempo para que se pedisse a verificação de votação. Portanto, a matéria não está vencida, está em processo de votação e estamos requerendo a verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) - A Mesa vai recapitular os fatos. Colocou-se em votação e o requerimento foi aprovado. Antes da nova verificação de votação, o Deputado Orlando Pessuti requereu chamada nominal. Constatou-se número legal e o requerimento foi rejeitado na verificação de votação.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quinta-feira, dia 31, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

DISCUSSÃO ÚNICA - dos Projetos de Decreto Legislativo n°s 009 e 010/91;

2. DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 420, 430, 464 e 466/91;

1. DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 084, 099, 121, 247, 421, 426, 445 e 459/91; e dos Projetos de Resolução n°s 049, 050 e 064/91.

Levanta-se a sessão.

Ato da Comissão Executiva:

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 443/91

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de

suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n° 1673, de 04 de março de 1991, deste Poder,

R E S O L V E :

aposentar a pedido, FRANCISCO BUBNIAK, matrícula n° 367, ocupante do cargo de Oficial Legislativo "A" - NT-1, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, nos termos do Art. 35, inciso III, letra "A", da Constituição Estadual, e Art. 140, inciso III, da Lei n° 6174, com proventos mensais e integrais correspondentes à Simbologia D.A.S.-4, acrescidos de gratificação de representação incorporada, regulamentada pelo Decreto n° 4640, de 11.01.89; cinco (05) triênios incorporados, de acordo com o Art. 4° e parágrafo 1° da Resolução n° 02/64, combinado com o disposto na Proposição n° 66/83, de 09.06.83, cinco (5) quinquênios incorporados, de acordo com o Art. 170 e parágrafo único da Lei n° 6174; quatro (4) adicionais incorporados, de acordo com o Art. 171 da Lei n° 6174 e um (01) adicional incorporado, de acordo com o Art. 37, da Constituição Federal;

gratificação de um terço (1/3) do vencimento básico, a título de risco de vida e saúde, de acordo com o Art. 5°, da Lei n° 4697, de 28 de fevereiro de 1963; e, com por cento (100%) de gratificação pela prestação de serviços em regime de tempo integral e dedicação exclusiva, conforme Art. 1°, da Lei n° 6794, de 08.06.76, regulamentada pelo Art. 6°, da Lei Complementar n° 21, de 26 de outubro de 1984, resultando em proventos mensais de Cr\$ 607.199,33 (seiscentos e sete mil, cento e noventa e nove cruzeiros e trinta centavos), perfazendo um total anual de Cr\$ 7.286.391,96 (sete milhões, duzentos e oitenta e seis mil, trezentos e noventa e um cruzeiros e noventa e seis centavos).

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 21.10.91.

(aa) ANIBAL KHURY

Presidente

JOÃO ARRUDA

1° Secretário

ADEMAR LUIZ TRAIANO

2° Secretário